

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

OF. Nº 228 /DGO

29/4/75

Diretor do Departamento Geral de Operações
Sr. Superintendente Administrativo
Encaminha Relatório

Para que conste na ASI e para outros fins, a critério de V.Sª., remeto anexo cópia de relatório da 9ª DR datado de 31/3/75 e de ofício nº 5/75 do PI Dourados, de 19/3/75, ambos referentes à conduta do atendente índio MARÇAL DE SOUZA nos PI Dourados e Panambi, onde procurou aliciar os índios contra os seus "capitães".

Ao ensejo reitero a V.Sª. protestos de consideração e apreço.

ORIGINAL ASSINADO PELO DIRETOR

JJM/eam.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

OF. Nº 228 /DGO

29/4/75

Diretor do Departamento Geral de Operações
Sr. Superintendente Administrativo
Encaminha Relatório

Para que conste na ASI e para outros fins, a critério de V.Sª., remeto anexo cópia de relatório da 9ª DR datado de 31/3/75 e de ofício nº 5/75 do PI Dourados, de 19/3/75, ambos referentes à conduta do atendente índio MARÇAL DE SOUZA nos PI Dourados e Panambi, onde procurou aliciar os índios contra os seus "capitães".

Ao ensejo reitero a V.Sª. protestos de consideração e apreço.

ORIGINAL ASSINADO PELO DIRETOR

JJM/eam.

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
- 9ª D R -

PI Dourados, 31/03/75

28-4-75
Proposta
Transferência
para CAARAPO
[assinatura]

RELATÓRIO CONFIDENCIAL

ASSUNTO:

Colocar a disposição dessa Delegacia o servidor MARÇAL DE SOUZA, lotado neste PI como Atendente de Enfermagem.

MOTIVOS:

1)-Contar este PI com dois Atendentes de Enfermagem no seu quadro de funcionários, sendo que, com o Hospital da Missão Caiuá, nosso Ambulatório não tem movimento suficiente que justifique a manutenção de dois atendentes, sendo mesmo raro sua procura, pois o referido Hospital, além de atendimento mais perfeito, uma vez que conta com enfermeiras alto padrão e médicos, dista de nosso ambulatório aproximadamente 300 metros.

2)-O excesso de tempo ocioso, associado às idéias do referido servidor quanto a questões de chefia, capitania e FUNAI tem da margem a uma atuação política contra (a) o Chefe de Posto, (b) Capitães e (c) conseqüentemente, FUNAI, junto aos indígenas aldeados neste P.I., além de interferências em outras áreas vizinhas, como já é de vosso conhecimento o caso do P.I. Panamby e aldeia Vila Cruz, o que motivou inclusive, o vosso deslocamento àquela reserva, com fins de resolver problemas de cunho político.

2(a)- Atuação contra o Chefe de Posto- O referido servidor, desde a visita do Sr. Ministro do Interior e Presidente da FUNAI a este Posto, na qual teve a oportunidade de discursar sobre o problema do índio, colocou-se no papel de defensor dos mesmos, / sentindo-se inclusive superior aos capitães e ao Chefe do Posto, mostrando-se mesmo insubordinado a esta Chefia.

2(b)- Atuação contra os capitães- Quanto as interferências no que se refere à capitania, vem atuando no sentido de colocar os indígenas contra os dois capitães, Ramão Machado (Terena) e Narciso Daniel (Kaiwá), que vem trabalhando junto a esta Chefia. Como consequência colocou Kaiwá contra Kaiwá e Kaiwá contra Terena, o que ao nosso ver, representa um problema sério, visto ser necessário convivência numa mesma reserva e já haver predisposição contra os Terena, pois os Kaiwá se julgam os verdadeiros donos da terra, já que

CONFIDENCIAL



MINISTÉRIO DO INTERIOR
 FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
 - 9ª D R -

anteriormente a mesma era ocupada só pelos Kaiwá. Toda sua política vem se baseando nos maltratos por parte dos capitães, o que estaria ocasionando, inclusive, o abandono desta reserva por parte de inúmeras famílias, acusações sem fundamentos, pois paralelo ao levantamento sócio-econômico realizado nesta área no período de 12 de fevereiro a 31 de março de 1.975, realizamos uma sindicância em torno do prolema e nada constatamos de verdadeiro; percorremos inclusive a área, de casa em casa, não encontrando uma vazia, e chegando inclusive a uma população de aproximadamente 2.400 índios. Inclusive, o referido servidor, já foi capitão geral da aldeia nos anos de 1.964/1.966. Encontramos inclusive, durante o levantamento sócio-econômico um índio Guarani (com aproximadamente 65 anos atualmente, que declarou ter sido baleado pelo Sr. Marçal de Souza, tendo ainda a bala incrustada no seu corpo (região do ombro direito). A maioria da população afirmou ter sido ele o pior capitão que já tiveram. Além de tentar interferir nas capitania de dentro da reserva, sua política se estende, como já dissemos, a outras áreas.

2(c) - Atuação contra a FUNAI - Além dos problemas expostos, ameaça constantemente ir a jornais, rádio e televisão, caso nenhuma atitude seja tomada pelo Chefe do P.I., já tendo ido inclusive a 9ª Delegacia Regional sem ordem desta Chefia, com fins políticos. Seu objetivo, nos parece ser derrubar os capitães. Afirma ainda que não se importa de ir preso por uma causa justa ou mesmo perder o emprego. Tem trabalhado junto a esta comunidade com fins de conscientizá-la de que a FUNAI teme a imprensa falada ou escrita. Sempre representou problemas para esta Chefia, e segundo informações dos indígenas, da Missão Caiuá e Chefes anteriores, isto sempre foi uma constante.

Tendo em vista o exposto, não há condições de sua permanência neste P.I., nem junto a esta Chefia, nem aos capitães. Solicito / de V.Sa. providencias, colocando-o desde já à vossa disposição. Informo ainda que os Capitães estão dispostos a irem a Campo Grande, se necessário, com fins de dar seus depoimentos e reinterar junto a V.Sa. O que segue neste

José Sardinha
 João José Sardinha



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
- 9ª DR. -

Of. n.º 05/75

Campo Grande, Mt.

Do: Ch.P.I. PANAMBÍ

Em 19/03/75.

Ao: Sr. Delegado da 9ª DR/FUNAI

Assunto Encaminha declaração e informa
sôbre o P.I.

Senhor Delegado,

Atendendo determinações do mem. nº 46/75/9ª DR, procedi a apurações de supostas irregularidades neste Posto Indígena Panambí, ocorridas durante o mês de fevereiro próximo passado, quando me encontrava em gozo de férias regulamentares; irregularidades estas levadas ao conhecimento do Sr. Presidente desta FUNDAÇÃO através de telegrama assinado pelo índio Olício Turíbio.

Conforme declaração (que encaminho em duas vias) do índio Felápe Fernandes, capitão da aldeia-Lagoa Rica dêsse P.I., as irregularidades ocorridas foram devidas a ousadas interferências por parte do índio Marçal de Souza, servidor do P.I. Dourados, junto aos índios aldeados de Lagôa Rica e Vila Cruz, procurando atrapalhar seu serviço e promovendo levante contra sua capitania.

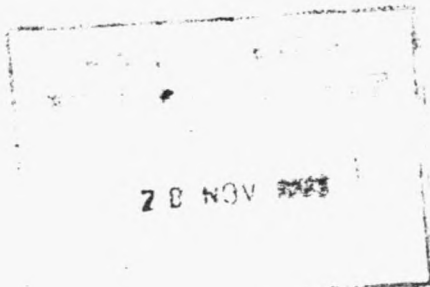
Informo ainda a V. Sria. que, conforme declaração do índio Olício Turíbio, o próprio Marçal de Souza foi autor do telegrama-denúncia ao Sr. Presidente, indicando, inclusive, a agência de correios onde deveria ser entregue.

Atenciosamente,

Raimundo Nonato Rosa

Ch. P.I. Panambí

MARÇAL



1128.1633

61134 FNAI BR

61134 FNAI BR

++++

CAMPO GRANDE, 28 DE NOVENBRO DE 1.983

AO SR.
PRES. FUNAI/BSB

NR2078/9DR/83 DE 28.11.83 - INFO VEX TOMAMOS CONHECIMENTO DA' 26.11.83 QUE NA ALDEIA CAMPESTRE VG LOCALIZADA MUNICIPIO ANTONIO JOAO/MS VG JURISDICIONADA PI AMAMBAI VG ATENDENTE ENFERNAGEM MARÇAL DE SOUZA VG INDIO GUARANI VG HAVIA SIDO ASSASSINADO NO DIA ANTERIOR VG APROXIMADAMENTE AS 20:00 HORAS PT IMEDIATAMENTE DESLOCAMOS PARA AREA CH PI AMAMBAI VG QUE CONSTATOU OCORRIDO ET JUNTAMENTE COM DELEGADO POLICIA CIVIL DE ANTONIO JOAO ADOTARAM MEDIDAS NECESSARIAS VG TAIS COMO VG LAVRATURA OCORRENCIA VG EXAME CORPO DELITO VG TERMO COMPROMISSO MEDICO ET NOTIFICACAO TESTEMUNHAS PT CH PI RETORNOU ONTEM DA AREA VG PROSSEGUINDO VIAGEM AH CGR VG ONDE' CONFIRMOU DADOS ENTAO CONHECIDOS SOBRE ASSASSINATO PT CORPO FOI REMOVIDO PELOS FAMILIARES AH DOURADOS VG TENDO SIDO VELADO NO PI DOURADOS ET SE PULTADO ONTEM MESMO NA REFERIDA CIDADE AH PEDIDO FAMILIARES QUE LAH RESIDEM PT DETERMINAMOS AINDA VG FOSSE PRESTADA TODA ASSISTENCIA AH FAMILIA ENLUTADA PT OUTROSSIM VG DESLOCAMOS HOJE PARA AREA CH SEÇAO LUCIO FLAVIO COELHO VG ADVOGADO EDMUNDO CORDEIRO ET DOIS AGENTES DPF VG FIM ACOMPANHAREM INQUERITO INTOURADO VG TRANSFERINDO-O AH COMPETENCIA DPF PONTA PORAH PT MANTECBMOS ESSA PRESIDENCIA INFORMADA EVOLUCAO ACONTECIMENTO PT SD DEL 9DR/CGR.

+++++
++++FIM++++
RETIFIVCANDO
ONDE SE LC MANTECBMOS
LEIA-SE MANTEREMOS
OK

673019EBNT BR

611344FNAI BR

Recebi original
Em 28/11/83
Mfr

FOLHA DE S. PAULO

6 — POLÍTICA — ECONOMIA — Segunda-feira, 28 de novembro de 1983

Assassinado cacique que saudou o Papa em Manaus

Da Sucursal de Brasília

O cacique Marçal de Souza dos Guaraní, que em julho de 1980 saudou o papa João Paulo 2.º em nome das comunidades indígenas brasileiras, foi assassinado na noite de sexta-feira, com três facadas, na aldeia Campes- tre, município de Antônio João (MS). Marçal, que era também enfermeiro da Funai, vinha reivindicando há cinco anos a demarcação das terras dos índios Caiová que vivem na aldeia de Piracuaá.

Há cerca de 20 dias, Marçal recebeu visita de um empregado da fazenda Serra Brava, que lhe ofereceu cinco milhões de cruzeiros para que ele convencesse os Caiová a sair da aldeia Piracuaá. O cacique recusou a oferta e o empregado da fazenda o ameaçou, dizendo que ele iria se arrepender. A aldeia Piracuaá está localizada na fazenda Serra Brava, que é reclamada pelo fazendeiro Astúrio Monteiro.

Na sexta-feira à noite, dois desconhecidos bateram na porta da farmácia da Funai, na aldeia Campes- tre, pedindo remédio. Quando Marçal abriu a porta, recebeu as três facadas, morrendo em seguida. O cacique morava na farmácia, e sua família suspeita de que os assassinos sejam empregados da fazenda.

Ontem, a União das Nações Indígenas (Unind), entidades de defesa dos índios, e parlamentares de oposição distribuíram nota conjunta protestando pela morte do cacique. O vice-governador do Rio de Janeiro, Darcy Ribeiro, também protestou pela morte de Marçal em telegrama enviado ao governador de Mato Grosso do Sul, Wilson Martins. Diz o telegrama: "O sangue do líder Marçal de Souza, que foi o mais alto intelectual de Mato Grosso, emporcalhará sua memória se seus assassinos não forem descobertos e entregues à Justiça."

Massacre

No dia 11 de julho de 1980, ao saudar o papa João Paulo 2.º, em Manaus, Marçal disse de improviso:

"As tribos indígenas brasileiras estão sendo massacradas, exploradas, mortas por pistoleiros que nos matam como animais. No descobrimento do Brasil, éramos uma grande nação e hoje vivemos como um povo à margem deste país, sem nenhuma condição de vida. Hoje estamos sendo assassinados, vivemos na miséria, assassinados que somos pelos que têm o nosso chão desse grande Brasil, chamado de país cristão."

| | |
|---------|-------------------------|
| VEÍCULO | ÚLTIMA HORA DE BRASÍLIA |
| DATA | 28.11.83 |
| PÁGINA | 02 |

CIMI

Cimi condena assassinato de líder indígena, no MS

O Conselho Indígena Missionário (Cimi), distribuiu na noite de ontem um manifesto onde relata, com detalhes, e condena violentamente, o assassinato do líder indígena Marçal Guarani.

Embora ocorrido na noite de sexta-feira, somente ontem o assassinato do líder indígena começou a provocar reações — pois só então o resto do País tomou conhecimento. Marçal era um dos líderes mais expressivos das tribos brasileiras, tendo sido escolhido como interlocutor para o papa João Paulo II, durante a visita que sua santidade fez ao Brasil, onde mantiveram um demorado encontro em Manaus.

Eis alguns trechos do manifesto distribuído pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

"Sexta-feira, dia 25 de novembro, foi assassinado Marçal de Souza Guarani na aldeia de Campestre, município de Antonio João, Mato Grosso do Sul. Na noite de 25, Marçal estava sozinho na farmácia da aldeia onde trabalhava como enfermeiro. Foi encontrado morto. A família de Marçal informou que há 20 dias ele recebeu visita de um indivíduo que oferecia cinco milhões de cruzeiros para que ele convencesse um grupo de índios Caio-wá da aldeia Piracua, município de Bela Vista, MS, para que abandonassem suas terras. O território da aldeia está sendo contestado pelo suposto proprietário da Fazenda Serra Brava, Astúrio Monteiro. Marçal recusou a oferta e recebeu

ameaças. Não foi esta a primeira vez que Marçal recebeu ofertas e ameaças para que desalojasse essa comunidade. A Funai estava ciente da tensão resultante das ameaças a Marçal, sem que tivesse tomado as providências necessárias. (...)

"A morte de Marçal Guarani representante autêntico dos interesses da população indígena, não pode ficar impune. Os deputados Mário Juruna, Haroldo Lima, Aldo Arantes, membros da Comissão Parlamentar do Índio, os representantes da UNI (União das Nações Indígenas), representantes da Anai-ba, CIMI, CPI-SP, Anai-RS, ABA-DF, Inesc, Cadirj, reunidos nos dias 26 e 27 em Brasília, exigem das autoridades plenos esclarecimentos das circunstâncias que envolveram a morte de Marçal Guarani e a punição não só dos assassinos diretos mas também de seus mandantes (...)

Diante de tão bárbaro crime perpetrado no seu Estado, encaminhamos também ao governador do Estado do Mato Grosso do Sul para que proceda as iniciativas que se fazem necessárias. (...) Encaminhamos finalmente este documento ao Sr. presidente da República para que tome ciência da violência que está atingindo as áreas indígenas, especialmente quando se generaliza a idéia nos meios indigenistas de que, seja por ação, seja por omissão, é primacial a responsabilidade dos órgãos federais".

?

96

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
Gabinete do Presidente

O índio MARÇAL DE SOUZA, Atendente de Enfermagem, que esteve na ONU e, no Brasil, recebeu o Papa JOÃO PAULO II, foi morto friamente 6a. feira, 25 de novembro, pelo índio paraguaio JOÃO BUGRE, com 5 tiros à queima-roupa.

O assassino pediu-lhe medicamentos e não havendo os remédios, alvejou-o friamente.

A 9a.DR já tomou todas as providências policiais e vai ao local.

O índio foi enterrado em Dourados (sua residência familiar).

Há uma índia testemunha ocular do crime.

Há possibilidade de envolvimento do proprietário da Fazenda Serra Brava, em questão na justiça contra a FUNAI.

A AI não foi reconhecida e delimitada, enquanto a Fazenda nega a imemoralidade.

FUNAI-ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

VEÍCULO JORNAL DO BRASIL

DATA 28.11.83

PÁGINA 04

**Índio cotado para ser o
sucessor de Juruna morre
numa briga em Mato Grosso**

Campo Grande — MS — O líder indígena Marçal de Souza, funcionário-atendente na 9ª Delegacia Regional da Funai em Campo Grande, MS, foi morto a tiros na madrugada de ontem por outro índio, na reserva de Campestre, próxima a Dourados, na fronteira Brasil-Paraguai. Um funcionário da Casa do Índio de Campo Grande informou que "Marçal era um índio muito querido, tanto pelos guaranis como pelos terenas, com quem trabalhava e mantinha ligações fraternas. Os terenas estão profundamente tristes e abalados", enfatizou.

Laconicamente, o funcionário informou que Marçal foi assassinado "em consequência de uma briga, em plena madrugada". Marçal — que participou de um encontro com o Papa João Paulo II durante sua passagem pela Amazônia, ao lado do ex-cacique Mário Juruna — vinha, ultimamente, ganhando prestígio junto aos indígenas e, para alguns, estaria sendo cotado para substituir Juruna na liderança das nações indígenas.

Informado do crime, o Vice-Governador Darcy Ribeiro enviou ao Governador do Mato Grosso do Sul, Wilson Barbosa Martins, o seguinte telegrama: "O sangue do líder indígena, Marçal de Souza, que foi o mais alto intelectual de Mato Grosso, emporcalhará sua memória se seus assassinos não forem descobertos e entregues à Justiça."

EPL

FUNAI-ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

VEÍCULO O GLOBO

DATA 28.11.83

PÁGINA 01 e 06

**Cacique é morto
com três facadas**

O Cacique Marçal de Souza, que em 1980 denunciou ao Papa João Paulo II os constantes assassinatos de líderes indígenas no Brasil, foi morto ontem com três facadas em Mato Grosso do Sul. Página 6

**Cacique é morto
em reserva de MS**

CAMPO GRANDE, MS — O Cacique Marçal de Souza foi assassinado sexta-feira com três facadas no peito por dois homens que invadiram a farmácia da Funai onde ele trabalhava na Aldeia Campestre, município de Antônio João. Em 1980, quando o Papa João Paulo II esteve em Manaus, Marçal foi escolhido para representar seu povo e fez um discurso denunciando o assassinato de líderes indígenas pelos brancos.

Segundo testemunhas, cujos nomes estão sendo mantidos em sigilo pela Delegacia de Polícia de Antônio João, o crime deve ter ocorrido entre 20 e 21 horas. Marçal era enfermeiro da Funai e trabalhava na Aldeia Campestre, onde vivem 50 índios.

SUSPEITO

Não se sabe ainda o motivo do assassinato, pois somente ontem pela manhã funcionários da Funai lotados na Delegacia Regional de Campo Grande foram para o local investigar o crime.

Entretanto, Edna, a filha mais velha do Cacique, suspeita de um paraguaio que há cerca de 15 dias procurou-o e ofereceu-lhe Cr\$ 5 milhões, para que convencesse as 150 famílias indígenas residentes em Piraguá a se mudar. Marçal recusou, mantendo sua decisão mesmo quando o estranho dobrou a quantia.

— Meu pai disse que o negócio era desonesto e nada faria para prejudicar seu povo. O homem, então, jurou vingança — contou Edna.

Marçal era guarani, do ramo nhandeva, e seu nome de nascimento era Tupany, que no dialeto de sua tribo quer dizer "Pequeno Deus". Era pai de sete filhos e tinha 64 anos, sendo considerado um líder e conselheiro por todos os índios do País, como ficou comprovado em Manaus, quando foi escolhido para representar seu povo na homenagem prestada ao Papa João Paulo II.

FUNAI-ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

| | |
|---------|--------------------|
| VEÍCULO | FOLHA DE SÃO PAULO |
| DATA | 28.11.83 |
| PÁGINA | 01 e 06 |

Assassinado cacique que saudou Papa

O cacique guarani Marçal de Souza, que em julho de 1980, em Manaus, saudou o papa João Paulo 2.º em nome das comunidades indígenas brasileiras, foi assassinado na noite de sexta-feira com três facadas, no município de Antônio João, Mato Grosso do Sul. Marçal era enfermeiro da Funai e há cinco anos vinha reivindicando a demarcação das terras dos caiovás, da aldeia de Piracua.

Há vinte dias, ele recebera de um empregado da fazenda Serra Brava, interessada nas terras, oferta de Cr\$ 5 milhões para convencer os caiovás a deixarem a aldeia. Como a recusasse, foi advertido de que "iria arrepende-se".

Diante do Papa, há mais de dois anos, Marçal dissera que as tribos brasileiras estavam sendo mortas por pistoleiros "que nos matam como animais". PÁG. 6

Assassinado cacique que saudou o Papa em Manaus

Da Sucursal de Brasília

O cacique Marçal de Souza dos Guaraní, que em julho de 1980 saudou o papa João Paulo 2.º em nome das comunidades indígenas brasileiras, foi assassinado na noite de sexta-feira, com três facadas, na aldeia Campes- tre, município de Antônio João (MS). Marçal, que era também enfermeiro da Funai, vinha reivindicando há cinco anos a demarcação das terras dos índios Caiová que vivem na aldeia de Piracua.

Há cerca de 20 dias, Marçal recebeu visita de um empregado da fazenda Serra Brava, que lhe ofereceu cinco milhões de cruzeiros para que ele convencesse os Caiová a sair da aldeia Piracua. O cacique recusou a oferta e o empregado da fazenda o ameaçou, dizendo que ele iria se arrepender. A aldeia Piracua está localizada na fazenda Serra Brava, que é reclamada pelo fazendeiro Astúrio Monteiro.

Na sexta-feira à noite, dois desconhecidos bateram na porta da farmácia da Funai, na aldeia Campes- tre, pedindo remédio. Quando Marçal abriu a porta, recebeu as três facadas, morrendo em seguida. O cacique morava na farmácia, e sua família suspeita de que os assassinos sejam empregados da fazenda.

Ontem, a União das Nações Indígenas (Unind), entidades de defesa dos índios, e parlamentares de oposição distribuíram nota conjunta protestando pela morte do cacique. O vice-governador do Rio de Janeiro, Darcy Ribeiro, também protestou pela morte de Marçal em telegrama enviado ao governador de Mato Grosso do Sul, Wilson Martins. Diz o telegrama: "O sangue do líder Marçal de Souza, que foi o mais alto intelectual de Mato Grosso, emporcalhará sua memória se seus assassinos não forem descobertos e entregues à Justiça."

Massacre

No dia 11 de julho de 1980, ao saudar o papa João Paulo 2.º, em Manaus, Marçal disse de improviso:

"As tribos indígenas brasileiras estão sendo massacradas, exploradas, mortas por pistoleiros que nos matam como animais. No descobrimento do Brasil, éramos uma grande nação e hoje vivemos como um povo à margem deste país, sem nenhuma condição de vida. Hoje estamos sendo assassinados, vivemos na miséria, assassinados que somos pelos que têm o nosso chão desse grande Brasil, chamado de país cristão."

DB

Shobo - 29/11/83

PSS.433, p.13/82

Polícia Federal investiga o assassinato do cacique

BRASÍLIA — O Presidente da Funai, Otávio Ferreira Lima, telegrafou ontem ao Diretor-Geral da Polícia Federal, Moacir Coelho, pedindo que seja apurado o assassinato do Cacique Marçal de Souza, ocorrido sexta-feira na Aldeia Campestre (MS). Segundo informações fornecidas à Funai pelo seu Delegado na área, Carlos Amaury de Azevedo, o principal suspeito é o paraguaio João Bugre, que está foragido.

A Funai considera a Aldeia Campestre — com 14.437 metros quadrados, onde vivem 53 índios — “área presumivelmente indígena” e por isso está em litígio na Justiça com diversos fazendeiros da região. Entretanto, o órgão desconhece qualquer envolvimento desses fazendeiros com o paraguaio.

De acordo com as informações transmitidas por Carlos Amaury, tudo leva a crer que o crime foi premeditado, pois Marçal, que trabalhava no posto de saúde da Funai na Aldeia Campestre, estava de férias e retornara justamente no dia em que foi assassinado. João Bugre e um desconhecido teriam entrado na farmácia do posto e assassinado Marçal com três facadas quando ele disse que não tinha o remédio que queriam.

A Presidência da Funai informou ainda que está aguardando a conclusão do inquérito aberto pelo Delegado substituto do município de Antônio João, Joel Soares, agora a cargo da Polícia Federal, para tomar uma providência.

FILHA MANTÉM ACUSAÇÃO

Em Campo Grande, Carlos Amaury disse desconhecer o fato de Marçal ter estado envolvido em

questões de terras. Entretanto, a filha mais velha do Cacique, Edna, voltou a afirmar que um paraguaio tentou subornar seu pai, para que convencesse os índios a abandonar as terras devolutas por eles ocupadas em Antônio João. O Delegado Regional da Polícia Federal, Jayme Ayres Coelho, disse que Edna será ouvida e, se tiver condições de ajudar na montagem de um retrato-falado, a localização do suspeito será mais fácil.

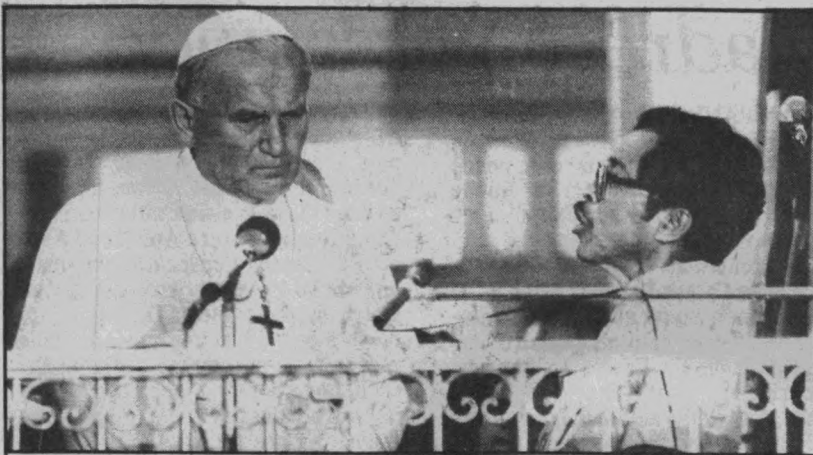
ENTERRO

Marçal, que em 1980 denunciou ao Papa João Paulo II os constantes assassinatos de líderes indígenas no Brasil, foi sepultado ontem no pequeno cemitério da Aldeia Campes-

tre, na presença de cerca de 200 pessoas, segundo informaram policiais da Delegacia de Antônio João.

Em Dourados, onde o Cacique viveu metade dos seus 64 anos, funcionários do Conselho Missionário Indigenista (Cimi) confirmaram a celebração de uma missa de sétimo dia na Igreja Imaculada Conceição, no próximo dia 2.

Entidades ligadas à causa indígena, inclusive a Comissão do Índio da Câmara dos Deputados, enviaram ontem documento ao Presidente Figueiredo e ao Governador de Mato Grosso do Sul, Wilson Martins, exigindo a apuração do crime e a punição dos culpados.



O Cacique Marçal, quando denunciava os assassinatos ao Papa, em 1980

A Delegacia da Funai em Rondônia deverá pedir o apoio da Polícia Federal, se comprovar a denúncia do Coordenador Regional do Incra, Ernani Coutinho, sobre a invasão de área indígena por posseiros do Mato Grosso. A in-

vasão foi constatada por técnicos do Incra que trabalham em projetos fundiários no interior do Estado.

● A Funai está remanejando um grupo de índios Parakanaã, da área onde eles foram recentemente contac-

tados, para outro local, no Município de São Felix, Sul do Pará, onde terão caça e pesca abundantes, ficando livres da influência dos brancos. A informação foi dada pelo delegado da Funai, Salomão Santos.

FUNAI-ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

| | |
|---------|---------------------|
| VEÍCULO | CORREIO BRAZILIENSE |
| DATA | 29.11.83 |
| PÁGINA | 6 |

Paraguaio é suspeito de matar índio

João Bugre, um paraguaio com aparência de índio, é o suspeito de ter assassinado, na noite de sexta-feira dia 25 o índio Marçal de Souza, líder dos Guarani, na Aldeia Campestre, no município de Antonio João, no Mato Grosso do Sul. A informação foi dada pelo presidente da Funai, aqui em Brasília, através da sua assessoria de imprensa.

O delegado-substituto da Polícia Federal, Joel Soares, segundo informou a Funai, já abriu inquérito para apurar o crime e também iniciou as diligências, na cabeceira do Rio Apa, para encontrar o suspeito. A versão dada à Funai a respeito do assassinato do índio Marçal é de que João Bugre e o homem branco que o acompanhava foram até a farmácia onde trabalhava Marçal e lhe pediram um remédio. Como Marçal disse que não tinha, foi morto.

O delegado da Funai na região Amauri Mota Azevedo disse que há uma testemunha, possivelmente uma índia, que assistiu ao assassinato, mas não está confirmado. Outra informação, não confirmada, é a de que houve premeditação do crime, pois Marçal, no dia que foi assassinado estava voltando de férias.

JURUNA

O deputado Mário Juruna (PDT-RJ) responsabilizou o Ministro do Interior Mário Andreazza, pela situação de violência na área em que ocorreu o crime, afirmando que este insiste "na sua política genocida, não demarcando as terras indígenas, desobedecendo a lei Nº 6001. Reafirmou que o governo é o culpado por jogar índios contra posseiros e fazendeiros. Juruna informou que no governo atual, 14 índios foram assassinados, sendo que só dez neste ano.

Mário Juruna lamentou a morte do líder Guarani — "um lutador das causas indígenas" — lembrando que Marçal ao entregar documento ao Papa João Paulo II, por ocasião de sua visita ao Brasil, denunciou que "no Brasil o índio continua sendo caçado como animal". "Não sabia meu irmão Marçal — disse Juruna — que ele próprio seria, um dia, vítima dessa cacada".

MANIFESTO

Os deputados Mariaio Mário Juruna, Haroldo Lima e Aldo Arantes, membros da Comissão Parlamentar do Índio, e os representantes da UNI (União das Nações Indígenas), Anai (Associação Nacional de Apoio ao Índio), Cimi (Comissão Indigenista Missionária) e ABA (Associação Brasileira de Antropologia) enviaram ontem ao Presidente Figueiredo um manifesto contra o assassinato do índio Marçal Guarani, "para que tome ciência da violência que está atingindo as áreas indígenas, especialmente, quando se generaliza a idéia, nos meios indigenistas de que, seja por ação seja por omissão, é primordial a responsabilidade dos órgãos federais".

Cópia do documento foi enviada à OAB — "para que sejam garantidas providências indispensáveis" para esclarecer as circunstâncias que envolveram a morte de Marçal e a punição, não só dos assassinos como também de seus mandantes. Outra cópia foi enviada ao Governador do Mato Grosso do Sul.

De

FUNAI-ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

| | |
|---------|------------------------|
| VEÍCULO | ÚLTIMA HORA - BRASÍLIA |
| DATA | 29.11.83 |
| PÁGINA | 5 |

FUNAI investiga morte de índio

A Funai informou, ontem, em Brasília, que as investigações preliminares sobre o assassinato do índio Guarani Marcal, na aldeia campestre, no Mato Grosso do Sul, indicam que ele foi assassinado por João Bugre um índio do Paraguai, na sexta-feira à noite. A Funai enviou telegrama ao diretor-geral da Polícia Federal, pedindo a abertura de inquérito para apurar o crime, que, de acordo com a própria Fundação, foi premeditado.

O deputado Mário Juruna, em Brasília, depois de lamentar a morte do líder indígena, acusou o Governo Federal de ser o responsável pelos quatorze assassinatos ocorridos desde o início do Governo Figueiredo, sendo dez registrados em 83. "O ministro do Interior, Mário Andreazza, disse ele, que ainda não providenciou a demarcação das áreas indígenas, está aplicando uma política genocida, desobedecendo a lei 6.001, o Estatuto do Índio". Esta política de genocídio, segundo Mário, deverá oferecer resultados ainda mais graves, com o novo decreto presidencial que permitiu a entrada de empresas de mineração particular nas áreas indígenas.

29 NOV 83

PSS. 433, p. 16/82

O ESTADO DE S. PAULO — 15

Mulher do líder indígena mandou matá-lo: ciúmes

Do correspondente em
CAMPO GRANDE

A mulher do índio Marçal de Souza, que reside em Dourados e cujo nome a polícia ainda não apurou, foi a mandante do assassinio do líder indígena sexta-feira à noite, na aldeia Campestre, no município de Antônio João, no Mato Grosso do Sul. Ela, segundo nota divulgada ontem pela Casa Civil do Governo do Estado, baseada em informações preliminares da Secretaria da Segurança Pública, contratou "João Bugre" ou "João Chamame" para matar seu marido.

O autor dos cinco disparos que mataram Marçal de Souza, 63 anos, é descendente de índios, conforme esclarecimentos do capitão da aldeia, identificado como Alziro, e ainda está na região, não tendo seguido para o Paraguai, de acordo com as primeiras informações. Ontem à noite, ele estava cercado por policiais civis, militares e da Polícia Federal e sua captura era esperada para qualquer momento.

Ainda segundo a nota divulgada pela Casa Civil do governo Wilson Barbosa Martins, a mulher de Marçal de Souza planejou matá-lo porque

ele vivia amasiado com outra, conhecida como Alcelina de tal.

O delegado da Funai no Mato Grosso do Sul, Amaury Motta de Azevedo, afirmou que todos os indícios comprovam que houve premeditação para que o crime fosse cometido. Um relatório apresentado pelo chefe do posto indígena de Amambai, Valdevino Bravim, diz que dois homens foram até a enfermaria da aldeia Campestre e procuraram por Marçal, que trabalhava no local como atendente de enfermagem. Pediram-lhe um remédio, não sem antes perguntar "quem é Marçal". O líder indígena disse que não tinha no momento aquele medicamento, mas poderia providenciá-lo. Em seguida, um dos homens respondeu: "Não é preciso", fazendo os cinco disparos que mataram Marçal na hora.

Para o delegado da Funai, a desculpa do remédio foi apenas para identificar ou confirmar quem era Marçal: "Ainda é cedo para deduções, mas todos os indícios demonstram que este crime sugere uma premeditação. Informações de várias pessoas dizem que o líder indígena não tinha nenhum problema pessoal com o assassino, nem tampouco o conhecia".

Ontem, ainda segundo o delegado da Funai, dois agentes da Polícia Federal de Ponta Porã, o técnico indigenista Lúcio Flávio e o chefe do posto de Amambai, Valdevino Bravim, e o advogado da Funai, Edmundo Cordeiro, seguiram para a área, onde mais tarde juntaram-se às equipes das polícias Civil e Militar para prender o assassino e um suposto acompanhante seu na hora do crime.

Na aldeia Campestre o clima era de tensão entre os índios devido ao assassinato, considerado "um ato bárbaro". Marçal era muito querido de todos, não somente na aldeia, onde desde criança até os velhos tinham grande simpatia e respeito por ele, mas também em outras tribos e aldeias da região sul de Mato Grosso do Sul: "Ele sempre esteve presente em questões nas quais os índios estavam envolvidos, sendo uma espécie de porta-voz. Até mesmo representou sua raça numa reunião na Organização das Nações Unidas (ONU) e também quando o papa esteve no Brasil. Foi ele que, em nome de todos os indígenas, entregou a João Paulo II uma carta contendo várias reivindicações dos índios", contou o delegado Amaury Motta de Azevedo.

MINTER - FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

RÁDIO-TELEGRAMA RECEBIDO

DE MANAUS NR 341 PLS 30 DT 29-11- HS 11.00

RECEBIDO DE MAO AS 291110 POR JF-SAH

CO

ASI-BSB

PSS. 433, p. 17/82

FUNAI DF

29 NOV 1983

PPI 21 - BSB

CONTROLE Nº 7988

NR. 3653-IADR DE 29-11-83 - ATO LITURGICO EM MEMORIA INDIO MARÇAL DE SOUZA SERAH CELEBRADO NESTA CAPITAL PROXIMO DIA 011283 COM PRESENÇA CARDEAL DOM - MILTON PEREIRA PT INICIATIVA EH DO CIMI NORTE I ~~MAO~~/ PT IADR -MAO-

Em 30 Nov 83

Aut. 1

h

ASI/FUNAI

N.º 15/61

EM 29 11 1983

TEXT E ASSINATURA

Thomaz
DSI

PSS. 433, p. 18/82



MINISTÉRIO DO INTERIOR

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

CARIMBO DA ESTAÇÃO

Preâmbulo

Espécie OFICIAL

Número

Data Hora

Origem

Palavras

Via a seguir

INDICAÇÕES DE SERVIÇO TAXADAS

HORA DA TRANSMISSÃO

Endereço

DIR DSI/MINTER

INICIAIS DO OPERADOR

TEXTO A TRANSMITIR

Nº 324/ASI DE 30 — 11 — 83 — INFO QUE INICIATIVA CIMI NORTE I VG SERÁ CELEBRADO DIA 1º DEZ VG CIDADE MANAUS VG ATO LITÚRGICO EM MEMORIA ÍNDIO MARÇAL DE SOUZA VG COM PRESENÇA CARDEAL DOM MILTON PEREIRA PT CH ASI/FUNAI

Assinatura ou rubrica do expedidor

TELEGRAMA

Nome e cargo do Expedidor fechando o texto. Escrever, separando as palavras com 2 espaços.

JORNAL DE BRASÍLIA

30/11/83

Polícia intensifica busca a assassinos de cacique

Campo Grande — As Polícias Federal, Militar e Civil fecham o cerco em torno dos assassinos do líder indígena Marçal de Sousa, e à captura de João Bugre — um paraguaio — e um outro elemento que o acompanhou na noite em que desferiu cinco tiros contra o índio guarany Marçal de Sousa, poderá acontecer nas próximas horas, de acordo com informações da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso do Sul.

As circunstâncias que levaram ao crime somente serão elucidadas a partir da captura dos assassinos. Por enquanto circulam rumores de que o motivo foi a posição contrária por parte do índio, à permanência de fazendeiros em uma área de terra de 1600 hectares pertencentes aos indígenas da região de Antônio João, na fronteira do Estado com o Paraguai.

Uma filha de Marçal de Sousa, residente em Dourados, conhecida como Edna, e que não foi localizada, teria afirmado a amigos da família, entre eles o deputado Roberto Djalma Barros que pronunciou-se na Assembleia a respeito do crime —, que seu pai vinha sendo ameaçado constantemente de morte, caso não aceitasse a venda das terras dos índios a fazendeiros da região.

A versão apresentada nos jornais da capital, ontem, de autoria da Casa Civil do Governo do Estado, afirmava: que a mulher de Marçal teria sido a mandante do assassinato, inclusive num telegrama do governador Wilson Barbosa Martins, em resposta a uma arguição do deputado Djalma Barros, do PDS, ele esclarece o seguinte: "transmito a Vossa Excelência, em atenção telex desta data, primeiras informações colhidas pela Secretaria de Segurança Pública, com referência assassinato Marçal de Sousa?"

Marçal teria sido assassinado por João Bugre a mando de sua esposa porque estava amasiado com Acelina de tal. João Bugre está foragido na área do crime, devendo ser capturado e qualquer momento visto estar a área cercada por policiais civis e militares'.

Durante pronunciamento ontem, na Assembleia Legislativa, o vice-líder pedessista Roberto Djalma Barros afirmou não ter dúvidas "de que a morte de Marçal foi obra de jagunços a sol de fazendeiros". O parlamentar nega-se terminantemente a dominar os possíveis mandantes do crime e afirma ter sido, na manhã de anteontem, ameaçado de morte através de um telefonema anônimo.

CE ATUALIZ

Ch Gab Sec Seg Pub Francis

Sec. Seg Pub / Go →

Cent Policia Militar →

cut

FUN ASSESSORIA

VEÍCULO _____ O IS APO DE SÃO PAULO

DATA _____ 01.12.83

PÁGINA _____

Est. São Paulo

Funai vai investigar as denúncias de corrupção

Da sucursal e do correspondente

A Fundação Nacional do Índio anunciou ontem, em Brasília, que vai investigar as denúncias segundo as quais o chefe da Ajudância de Araguaína, Wilker Célio da Silva, estaria envolvido com corrupção, como a venda de terras indígenas no Acre e a construção de uma casa de veraneio em uma reserva da Paraíba. Até o final da tarde de ontem, a Fundação, através de sua assessoria de imprensa, garantia não ter recebido informação alguma da Ajudância de Araguaína, no Norte de Goiás, onde cerca de 200 índios invadiram a sede do órgão, para depor Wilker Célio.

A explicação da Funai para a saída de Antônio João, que era chefe da Ajudância e que os índios da

reserva estão querendo de volta, é de que "o presidente Otávio Pinto precisava de alguém com os conhecimentos dele na Ajudância de Oulabá, onde se encontra no momento".

Por outro lado, o deputado Mário Juruna e o bispo de Goiás Velho, d. Tomás Balduino, participam, no próximo sábado, em Dourados, no Mato Grosso do Sul, de um ato público pelo assassinato do líder indígena, Marçal de Souza, ocorrido na sexta-feira, na localidade de Campestre, Município de Antônio João (MS).

Ao dar esta informação, ontem, o secretário-geral do Cimi, Antônio Brand, disse esperar que "esta manifestação não seja somente uma lembrança, mas sim um alerta contra os massacres que os índios de todo o País sofrem hoje".

Denúncia
Alto Brantes
Colônia

MS T. Balduino
Sob

- Denúncia de
Monte Nacional
Dourados - Missalato 7 a 9 hrs
Funai DR 4214684
4215960

VEÍCULO: A CRÍTICA/MANAUS/AM

DATA: 01.12.83

PÁGINA: 03

Marçal previu morte em carta

O cacique Marçal Souza (na foto com o Papa), que foi assassinado semana passada em Mato Grosso, previu sua morte, e enviou ao padre Luiz, da Paróquia da Praça 14. (Página 3)

Cacique previu sua morte numa carta

A CARTA

Marçal de Souza, o cacique dos Guarani que em julho de 1980 saudou o Papa João Paulo II, em nome das comunidades indígenas brasileiras e foi assassinado na noite da última sexta-feira, deixou uma carta para o padre Luiz, da paróquia da Praça 14, em Manaus, que corrobora as suspeitas de que ele foi morto porque se recusou a convencer os Calová a sair da aldeia Piracua.

Essas suspeitas giram em torno de um empregado da fazenda da Serra Brava, onde está localizada a aldeia. Mas, na carta enviada ao padre Luiz, o cacique Marçal, diz que "parece-me que vamos passar por um período difícil, porque o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) vai legalizar as terras do Campestre (outra aldeia dos Calovás) para o povo. Está havendo pressão sobre os índios para saírem do Campestre".

O MASSACRE

Marçal de Souza, que era também enfermeiro da FUNAI, (Fundação Nacional do Índio,) vinha reivindicando há cinco anos a demarcação das terras dos índios Calovás. Vinte dias atrás, o cacique dos Guarani recebeu visita de um empregado da fazenda Serra Brava — terras onde está localizada a aldeia Piracua e é reclamada pelo fazendeiro Astúrio Monteiro —, que lhe ofereceu Cr\$ 5 milhões para que ele convencesse os Calová a sair da aldeia.

O cacique recusou a oferta e o empregado da fazenda o ameaçou, dizendo que ele iria se arrepender. Na sexta-feira, à noite, dois desconhecidos bateram na porta de farmácia da FUNAI, na aldeia Campestre, pedindo remédio. Quando Marçal abriu a porta, recebeu três facadas, morrendo em seguida. A família do cacique suspeitou, então, que os assassinos fossem os empregados da fazenda.

O cacique Marçal de Souza falou, no dia 11 de julho de 1980, ao saudar o Papa João Paulo II, no Arcebispado Metropolitano de Manaus, que "as tribos indígenas brasileiras estão sendo massacradas, exploradas, mortas pelos pistoleiros que nos matam como animais. No descobrimento do Brasil, éramos uma grande nação e hoje vivemos como um povo à margem deste país, sem nenhuma condição de vida".

No dia 2 de outubro, de 1983, vinte e três dias antes de ser assassinado, Marçal escreveu uma carta para o padre Luiz, da Praça 14, que previa que iria acontecer alguma coisa anormal:

— "É com alegria que recebi a sua amável missiva e notícias do meu querido e grande amigo. É bom saber que o amigo está bom de saúde. Para nós é motivo de satisfação. Quanto a mim, por enquanto, continuo na aldeia Campestre. Aliás, já fui transferido para a aldeia Piracua. Eu estou apenas aguardando substituto. Aliás, já estive aqui uma moça para me substituir. Ela não gostou do lugar e foi embora.

Agora estou esperando a decisão da FUNAI, se continuo aqui no Campestre ou vou mesmo para Piracua. Apesar de que no Piracua não oferece condições para a gente viver. No Campestre, o povo vai tudo bem. Depois do senhor, nunca mais veio padre dar assistência espiritual, rezar missa aqui.

Parece-me que vamos passar por um período difícil. Porque o INCRA vai legalizar as terras do Campestre para o povo. Está havendo pressão sobre os índios para saírem do Campestre. Nessa hora, padre, todo mundo quer ver os índios pelas costas. Estamos aguardando o que vai ser de nós. Por hoje, é só, padre. Todos nós, de Campestre, enviamos um abraço de saudades. Em particular, peço sua Benção".

Assinado: Marçal de Souza.

VEÍCULO: A CRÍTICA/MANAUS/AM

DATA: 01.12.83

PÁGINA: 06

Entidades fazem missa hoje para líder indígena

Hoje, às 18 horas, na Catedral de Manaus, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI/Norte I), com apoio do Grupo Kukuro e da Pastoral Universitária, promoverá a concelebração religiosa em homenagem ao líder Guarani Marçal, assassinado no último dia 25. O ato é também uma forma de protesto contra o massacre dos povos indígenas, iniciado a 400 anos. Ontem o CIMI distribuiu a seguinte nota: "Nossas terras são invadidas, nossas terras são tomadas, os nossos territórios são diminuídos, não temos mais condições de sobrevivência. Pesamos a Vossa Santidade a nossa miséria, a nossa tristeza pela morte dos nossos líderes assassinados friamente por aqueles que tomam o nosso chão, aquilo que para nós representa a nossa própria vida e a nossa sobrevivência nesse grande Brasil, chamado um país cristão". Estas foram as palavras que MARÇAL - o Guarani, proferiu ao Santo Padre João Paulo II, quando em 1980 encontrou-se com os líderes indígenas aqui em Manaus.

Marçal não pode falar mais. Foi calado pelas balas assassinas dos fazendeiros. O líder Guarani foi encontrado morto na farmácia da aldeia de Campestre, município de Antonio João, Mato Grosso do Sul, assassinado, na noite de sexta-feira, dia 25/11, onde trabalhava. Os familiares de Marçal disseram que há 20 dias atrás ele recebeu visita de um estranho, que lhe ofereceu cinco milhões de cruzeiros para que convencesse um grupo dos índios Caiowá, da al-

deia Piracua, município de Bela Vista (MS), a abandonar as suas terras.

O território da aldeia Caiowá está sendo contestado pelo suposto proprietário da Fazenda Serra Brava, Austúrio Monteiro, que tudo indica ser o mandante do crime. O presidente da FUNAI, Octávio Ferreira, estava ciente da tensão reinante na área e principalmente das ameaças sofridas por Marçal, mesmo assim nada dispôs-se a fazer em favor dos índios.

O assassinato do líder Guarani representa para o movimento indígena latino-americano um tamanho golpe, que tem por fim sufocar as vozes de justiça que clamam por todo este País. Só neste ano de 1983, sabemos do assassinato de seis Kaingang em Guarita/RS (02.06) e dois Xukuru-Kariri em Alagoas (no mês de setembro), além do assassinato de Alcides Maxacali em Minas Gerais (10.07).

O fato mais escandaloso é que com todas essas coisas nenhum dos assassinos foi preso. Que se faça justiça! e por isso que clamamos por Justiça.

"O jornal noticiou a morte de Marçal. E disse que mataram Marçal. Disse que calaram Marçal.

A vida e a voz de Marçal nos convidam a ação para recuperar o tempo perdido, tempo de sofrimento e esperança não realizada. É necessário que continue a vida de Marçal. É necessário que a voz de Marçal seja ouvida. É necessário, sem esperar mais, nosso empenho na luta da defesa dos nossos irmãos índios".

Marçal
25/11/83

Aldeia Piracua
Fazenda Serra Brava

Marçal - possivelmente
mas se metendo
em problemas
locais

- criticaram o governo
- o Pres. Collor
- Manifesto e
panfletos
- Desqualificação OK

Modesto (Tavunay)

VEICULO A CRÍTICA/MANAUS/AM

DATA 02.12.83

PÁGINA 02

Emoção na missa do líder dos guaranis



A Igreja amazonense reza pelo líder indígena morto.

O assassinato do cacique dos Guaranis Marçal de Souza, representa na opinião do professor de Filosofia da Universidade do Amazonas e estudiosos de questões indígenas, Paulo Monte, a concretização final do genocídio contra as nações indígenas que habitam o Brasil.

A declaração do professor foi feita pouco antes do início da missa celebrada ontem, às 18h25min, na Igreja Matriz de Manaus, pela morte do líder dos Guaranis, Marçal de Souza, morto no Estado de Mato Grosso 6ª. feira passada, com três facadas. A missa foi concelebrada pelo arcebispo Dom Milton Corrêa, pelo arcebispo de Coari, Regis Gutemberg e mais seis padres.

O padre Luis Augusto Vendrucologo, da Paróquia da Praça 14 e que durante cinco anos conviveu com Marçal de Souza, disse que o líder indígena sonhava com a demarcação da terra de seu povo, "era um verdadeiro líder, um homem honrado e estimado. Chorei a sua morte, explicou.

Durante a celebração da missa da "Terra Sem Males", celebrada ontem, Dom Milton Corrêa lembrou que "nesta região ainda vivem, graças a Deus, o maior número de índios, e pediu que os presentes fizessem um exame de consciência em relação ao comportamento que adotam quanto aos índios.

Um momento de emoção ocorreu quando os alto-falantes da igreja, reproduziram a saudação feita por Marçal de Souza ao Papa João Paulo

II, em julho de 80, em Manaus. O líder indígena defendia na ocasião, a demarcação de terras e denunciava o genocídio contra os índios.

Entidades representativas da causa indígena, distribuíram nota oficial antes da missa, onde consideraram que "a morte de mais um líder da forma como foi causada, é mais uma vergonha nacional. Marçal foi um guarani que sentiu no corpo e no coração a mesquinhez da sociedade "civilizada".

O professor Paulo Monte, lembrou também os assassinatos dos índios Angelo Cretã, na nação Kaingang e de Angelo Pankarere, ocorrida há dois anos e de um outro índio pankarere, há dois meses, "sem que até hoje os assassinos tenham sido pelo menos identificados", frisou.

Ao afirmar que a própria FUNAI "joga índio contra índio" e considerar que enquanto o órgão for atrelado ao Ministério do Interior "não existirá esperança para os índios", Paulo Monte lembrou que "nunca os projetos desenvolvimentistas são implantados em áreas particulares, mas sempre nas terras dos índios".

Quanto a esses projetos, o professor foi categórico quando disse que a liberação do Ministério do Interior, para que empresas de prospecção mineral penetrem em áreas indígenas, representará o genocídio completo "de um povo cada vez mais violentado nos seus legítimos direitos e esquecido por boa parte do povo brasileiro".

PSS. 433, p. 24/82
Cen 04 Dez 83
An. 1

99DR

-MINTER-
FUNAI BR
0 2 DEZ 1983

⊕
611344FNAI BR
673218DPFE BR

DOURADOS MS NR 1634 70 02 1500Q

CEL ERCIO (FUNAI)

BRASILIA-DF

RD 1633/SEC/DPF/2/DRS 021283 PT RETRANS OF S/NR EQUIPE ORGANIZA-
DORA ATO PUBLICO A SER REALIZADO DIA 03.12.83. NESTA CIDADE BIPT
"AO EXMO SR. DELEGADO DA POLICIA FEDERAL NESTA. PRESADO SENHOR-
REF. ATO PUBLICO. COMUNICAMOS AO SENHOR DELEGADO, QUE NO DIA 03
PROXIMO AS 20:00 HORAS ACONTECERA NA PRAÇA ANTONIO JOAO, DEFRON-
TE A IGREJA CATEDRAL, UM ATO PUBLICO PELA MORTE DO CACIQUE MAR-/
ÇAL DE SOUZA. ESTE EVENTO ESTA SENDO ORGANIZADO PELA DIOCESE DE-/
DOURADOS, CIMI (CONSELHO INDIGENISTA MISSIONARIO), CPT (COMISSAO 7-

PASTORAL DA TERRA) E PASTORAL DE JUVENTUDE E OUTRAS ENTIDADES MUNI-
CIPAIS, ESTADUAIS E NACIONAL. NO APEÇO DE QUE SEMPRE NOS FOI DA/
DO, SUBSCREVEMOS-NOS, DOURADOS, 01 DE DEZEMBRO DE 1983" PT
INFO AINDA DEPUTADO FEDERAL MARIO JURUNA ESTARA PRESENTE PT FREI /-
HUGOLINO ESTA LOCANDO ONIBUS PARA TRANSPORTAR INDIOS PARA O ATO PU-
BLICO PT DPF UIRIS EMANOEL BEIRIZ

DPF-2/DR/

NNNNK
TRM/MOR/02/12/83 1500
673218DPFE BR⊕
611344FNAI BR

ASI/FUNAI
Nº 1534/
EM 02/12/83

Darci e Juruna pedem apuração da morte do cacique

Globo 04.12.83

CAMPO GRANDE, MS — O Vice-Governador do Rio, Darci Ribeiro, e o Deputado Mário Juruna disseram ontem em Campo Grande que o Governo do Mato Grosso do Sul pode influir nas investigações sobre a morte do líder indígena Marçal de Souza.

— Seria uma vergonha para o Estado ter esse crime sem solução — ressaltou Darci Ribeiro. Já Juruna confessou estar decepcionado com a violência contra a sua raça e vai se reunir hoje com líderes

indígenas em Dourados.

Eles participaram ontem à noite de uma missa em intenção de Marçal, celebrada na Igreja Imaculada Conceição, onde compareceram quase duas mil pessoas. Depois, foi realizado um ato público.

SUSPEITO LIBERTADO

O índio João Bugre foi libertado ontem pela manhã pela Polícia Federal, pois, segundo afirmação do Delegado Coelho Neto, ele não é o responsável pelo assassinato de Marçal de Souza.



J. BRASIL 03.12.83

DPF prende índio suspeito

Campo Grande — A Polícia Federal prendeu o índio João Bugre, que até agora era tido como o principal suspeito pela morte do líder indígena guarani, Marçal de Souza, numa fazenda distante do Município de Antônio João, na fronteira do Mato Grosso do Sul com o Paraguai. Concluiu, contudo, que dificilmente teria sido ele o autor do assassinio. Assim, a Polícia volta à "estaca zero", disse o delegado.

JB 03 12.83

6 Globo - 05/12/83

920R
PSS.433, p.26/82

200 Caciques fazem reunião sem deixar entrar a Funai

CAMPO GRANDE — Em reunião reservada iniciada sábado e encerrada ontem de manhã na Vila São Pedro, a 15 quilômetros de Dourados, 200 Caciques de tribos de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Amazonas, Piauí, Pará e São Paulo discutiram o assassinato do Cacique Marçal de Souza e decidiram promover eleições livres e democráticas em todas as reservas para a escolha de Caciques, livres de interferências da Funai. Os indígenas exigirão também das autoridades federais a garantia dos direitos constitucionais que têm como primeiros habitantes do Brasil.

A reunião foi vetada a funcionários e Caciques nomeados pela Funai. Só puderam participar pessoas que se identificaram com uma senha combinada na sexta-feira. Soubese que as resoluções do encontro serão transformadas em documento, a ser entregue no decorrer desta semana ao Deputado federal Mário Juruna (PDT-RJ) pelo Presidente do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), Antônio Brand. As escassas informações sobre a reunião secreta foram obtidas por funcionários da Funai lotados no Posto Indígena de Dourados.

O encontro só foi interrompido na tarde de sábado, quando seus participantes receberam o Vice-Governador do Rio, antropólogo Darcy Ribeiro, que chegara a Dourados para participar da missa de sétimo dia de Marçal de Souza (Cacique Tupa'y), assassinado no dia 25 de novembro, na Aldeia Campestre, município de Antônio João.

Darcy Ribeiro participou também de ato público de protesto contra o assassinato de Marçal, proclamado sábado à noite como líder de todas as nações indígenas brasileiras. A manifestação ocorreu na praça da catedral de Dourados.

MISSA E ATO PÚBLICO

A missa foi celebrada na igreja Imaculada Conceição (Matriz de Dourados) por Dom Thomás Balduino, de Goiás Velho, e o sermão baseou-se na campanha de não-violência lançada pela CNBB. Em seguida, foi realizado ato público em que o Vice-Governador do Rio, Darcy Ribeiro, acompanhado do Deputado Mário Juruna, fez um breve discurso para mais de duas mil pessoas, ressaltando a necessidade de se respeitar o índio como legítimo proprietário das terras que ocupa no Brasil, e, acima de tudo, como ser humano. Destacou também que "a morte do líder Marçal de Souza é o exemplo mais recente das barbaridades que são cometidas impunemente contra esses nossos irmãos brasileiros".

— Que o sangue desse grande homem — disse Darcy — clame cada dia mais alto por justiça e que as autoridades façam essa justiça valer para que este jovem Estado não se sinta enlameado, envergonhado por não lavar a honra de um dos seus filhos mais nobres.

O Deputado Mário Juruna, depois de repetir várias vezes, sob intensos aplausos, que "Marçal é o líder de todas as nações indígenas", pediu que a Polícia prenda os criminosos.

Não houve nenhum esquema de segurança montado pelas Polícias Federal e Militar e tampouco incidentes que pudessem caracterizar alguma violência durante o ato público. Entretanto, o Presidente do Cimi achou estranho o emudecimento do telefone daquele órgão, onde fora montada uma central de informações para todo o País.

Marçal

PSS. 433, p. 27/82

CB 06/12/83

Funai acusada por morte de índio em MS

Cuiabá — "O Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e autoridades constituídas, principalmente a Fundação Nacional do Índio (Funai), são os responsáveis diretos pelo assassinato de Marçal de Souza Tupã-Y, porque os problemas das terras são demasiadamente conhecidos por todos eles, e essa omissão dos organismos criam circunstâncias favoráveis para que aconteçam crimes dessas natureza".

A declaração é do líder paresi, Daniel Mantenho Cabixi, que com mais de cem índios participou, no fim da semana passada, da reunião fechada realizada por ocasião da missa de sétimo dia e do ato público em protesto contra o assassinato do líder guarani.

MARÇAL

PSS.433, p. 28/82

VEJA No 796, 27/12/83



gado da Polícia Federal de Ponta Porã, Armando Coelho Neto, 32 anos, que preside o inquérito, havia afastado completamente a hipótese de crime passional sugerida por uma nota oficial do Gabinete Civil do governo do Estado.

DISPUTA DE TERRA — “Os assassinos são homens brancos e o crime, muito provavelmente, é con-

Marçal ao papa: “Os pistoleiros nos matam como animais”

ÍNDIOS Visita na noite Assassinado cacique que saudou o papa

O forte calor que fazia na noite do último dia 25, uma sexta-feira, obrigou o cacique guarani Marçal de Souza, 63 anos, a tentar dormir fora da cabana que construíra a 20 metros do posto da Funai, onde trabalhava como enfermeiro, na aldeia de Campestre, a 57 quilômetros de Ponta Porã, em Mato Grosso do Sul. Fora da cabana, às escuras, ele estava deitado ao lado da mulher, a índia Celina Vilhava, 27 anos, grávida de 9 meses, quando viu dois homens se aproximando, um deles com uma lanterna na mão. “Quero remédio para malária”, pediu um dos visitantes. Marçal — que ganhou notoriedade quando, em nome da comunidade indígena brasileira, saudou o papa João Paulo II — explicou que não tinha o medicamento no posto. Seu rosto foi focalizado pela lanterna, um pouco antes do primeiro disparo que o atingiu na boca.

O segundo tiro varou o peito. Os outros três foram disparados nas costas do índio, já caído no chão, onde morreu minutos depois. “As tribos indígenas brasileiras estão sendo massacradas por pistoleiros que nos matam como animais”, alertara Marçal, profeticamente, falando de improviso ao papa, em Manaus, no dia 11 de julho de 1980. Ao final da primeira semana de investigação, o dele-

seqüência da disputa de terra”, diz o delegado Coelho. Ele rechaça, portanto, a versão segundo a qual o crime fora praticado por João Bugre, um índio, a mando da primeira mulher de Marçal, Aristídia, 68 anos, com ciúme da ligação do índio com Celina. João Bugre foi solto depois de acareado com as testemunhas, que o isentaram de qualquer culpa.

O delegado intimou a depor o fazendeiro Libero Monteiro, 56 anos, dono de duas fazendas que se estendem por 8 000 hectares, onde está encravada a aldeia Piracua, com 200 índios. “Eu dei dinheiro e alguns deles foram embora”, revelou Monteiro, convencido de que as terras lhe pertencem. A Funai discorda do fazendeiro e promete demarcar a reserva no próximo ano. Apontado pelo secretário nacional do Conselho Indigenista Missionário, Antônio Brand, e por familiares de Marçal como autor de ameaças ao índio assassinado, Monteiro não nega que teve desentendimentos com o cacique. “Ele era um bugre muito audacioso”, diz.



Monteiro: “Ele era um bugre muito audacioso”

Neste natal, dê um presente que chora, ri, fala, ensina, diverte e emociona. Passe em qualquer Livraria Siciliano. Lá dentro você vai encontrar um mundo cheio de mistério, aventuras e respost

EU

Neste



- SÃO PAULO
- R. D. José de Barros, 323
- R. 24 de Maio, 188
- R. Teodoro Sampaio, 1983
- R. Teodoro Sampaio, 2251
- R. Vol. da Pátria, 2029
- R. Pamplona, 744
- R. Augusta, 2123
- R. Augusta, 2496
- R. Joaquim Floriano, 321
- R. Antônio de Barros, 425
- Av. Brig. Lu
- Av. Paulista
- Ibirapuera
- Piso Juru
- Ibirapuera
- Piso Su
- Iguate
- Loja
- Eldo
- Mori
- Piso

Liv.

(48)



MINISTÉRIO DO INTERIOR

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
- 9ª DELEGACIA REGIONAL -

MAR CAL ASI
PSS. 433, p. 29/82

Campo Grande - MS,

Em: 09.12.83

MEMO Nº. 776/9ªDR/83

Do: Delegado da 9ªDR/FUNAI

Ao: Ilmo Sr. Chefe da ASI/FUNAI

Assunto: Encaminhamento (Faz)

Cur 13 Dez 83
du. 1
Hoe

ASI/FUNAI
N.º 15651
EM/13/12/83

Senhor Chefe,

Apenso ao presente, estamos encaminhando a V. Sa., o Ofício nº. 20/83/PIA datado de 28.11.83, da lavra do Chefe do PI Amambai, servidor Vandelino Bravim, versando sobre o assassinato do servidor índio, Marçal de Souza, ocorrido dia 25.11.83 na Aldeia Campestre, Município de Antônio João, neste Estado.

Acrescentamos a V. Sa., que desde o dia 28.11.83 encontra-se na área uma viatura da 9ªDR, o Chefe de Seção Lúcio Flávio Coelho, à disposição da Delegacia de Polícia Federal de Ponta Porã/MS, nas diligências visando aclarar as circunstâncias do assassinato.

O Inquérito prossegue até a presente data, tendo sido feitas diversas prisões, que, no entanto, ainda conduziram ao verdadeiro ou verdadeiros culpados. Espera-se que nos próximos dias a Polícia Federal conclua o seu trabalho, que deverá apontar os responsáveis.

Assim é que o Advogado desta Regional, deslocar-se-à no dia 14 do corrente até Ponta Porã, onde colherá informações junto a Polícia Federal, relativas ao Inquérito em andamento.

Juntamos ainda ao presente, uma fita cassette, gravada em Dourados-MS dia 03.12.83, por ocasião do Ato Público e da missa em sufrágio à alma de Marçal de Souza, celebrada por

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Segue.....



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
- 9ª DELEGACIA REGIONAL -

Em : 09.12.83

MEMO Nº. 776/9ªDR/83 - Continuação...

Do:

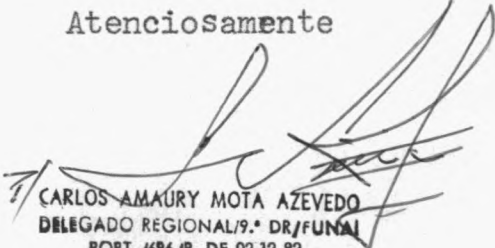
Ao:

Assunto:

Dom Tomás Balduino - Bispo de Goiás, e que contou com as presen-
ças do Deputado Federal, Mário Juruna, do Vice Governador do Rio
de Janeiro, Darci Ribeiro, entre outras autoridades, além de indí-
genas da região.

Sendo só o que se nos apresenta na oportuni-
dade, reiteramos a V. Sa., nossos protestos de apreço e distinta
consideração.

Atenciosamente


CARLOS AMAURY MOTA AZEVEDO
DELEGADO REGIONAL/9.ª DR/FUNAI
PORT. 1696/P, DE 02-12-82

DV/jgmn



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

CAMPO GRANDE, MS:

Em 28/11/83

OFÍCIO Nº 20/83/PIA:

Do: CHEFE P.I. AMAMBAI

Ao: ILMO DR CARLOS AMAURI MOTA AZEVEDO
D.D. DELEGADO 9ª DR/FUNAI

Assunto: Assassinato Servidor Marçal de Souza

Senhor Delegado

Informo a V.Sa que no último sábado, dia 26, por volta das 13 horas, quando retornava do Hospital Regional de Amambai, transportando duas índias para a aldeia, ao passar em frente a Delegacia de Polícia Civil de Amambai, recebi um bilhete de um membro daquela Corporação, onde o mesmo informava que através de um telefonema fora avisado da morte do Servidor Marçal de Souza, fato ocorrido na Aldeia Campestre, distante 10 kms da sede do município de Antonio João, e 160 kms do P.I. Amambai.

Logo, por telefone, entrei em contato com V.Sa, ao mesmo tempo que procurava ligação para a cidade de Antonio João, fato que só foi possível por volta das 15 horas, quando o Soldado PM Jose Francisco Lopes, confirmava o assassinato do Servidor Marçal de Souza, e que naquele momento, o filho da vítima, Paulo Silas de Souza, estava transportando o corpo para ser sepultado em Dourados.

Em virtude do PI Amambai não dispor de uma viatura em boas condições para efetuar a viagem para a Aldeia / Campestre, somente às 17 horas é que desloquei de onibus para a cidade de Ponta Pora, onde pernotei, tendo chegado no domingo, dia 27, aproximadamente às 7,30 horas na cidade de Antonio João. Logo entrei em contato com o escrivão da Polícia Civil, Sr. Joel Soares Penzo, que no momento respondia pela Delegacia daquele município.

cont.



MINISTÉRIO DO INTERIOR

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Em

Do:

Ao:

Assunto:

Fui informado pelo substituto do Delegado de todos os detalhes da morte do Servidor, tendo o mesmo relatado que o crime ocorreu por volta das 20 horas do dia 25, sexta-feira, na aldeia Campestre, na própria casa do Sr. Marçal de Souza, distante apenas 15 metros da farmácia, sendo o crime cometido de uma forma brutal, pois dois elementos, possivelmente um conhecido por João Bugre ou João Chamame, e um outro, branco, desconhecido, sendo que o indivíduo João Chamame, a pequena distancia, disparou 05 tiros contra o Servidor Marçal de Souza, e o mesmo tomou sem vida dentro de sua própria casa. Disse mais ainda o escrivão, que é testemunha ocular do crime, ainda, Celina (Eliza) Vilhalba, que se encontrava no local, e que a Policia tinha tomado todas as providencias necessárias, exame de corpo delicto do cadáver, abertura do inquérito e outras mais que foram necessárias.

Após este contato com o Delegado Substituto da Policia Civil de Antonio João, solicitei ao mesmo que cedesse a viatura da Policia, para ir na Aldeia verificar a situação de um modo geral. O Sr. Joel Soares Penzo, nos cedeu a viatura e também determinou que o PM Sidnei Tiberio, nos acompanhasse até a Aldeia Campestre.

Na área indigena, procurei conversar com o capitão do grupo, Sr Alziro Vilhalba, mas o mesmo não se encontrava no local. Tive então oportunidade de dialogar com outros indios, inclusive com a Celina (Eliza) Vilhalba, onde todos falaram da morte brutal do Servidor Marçal de Souza, dentro de uma forma bem parecida com o relato anterior do escrivão de Policia.

Após permanecer um bom período na Aldeia, retornei a Antonio João e, posteriormente a esta Delegacia.

Em relação a este crime, os seguintes fatos devem ser observados:



MINISTÉRIO DO INTERIOR

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Em

Do:

Ao:

Assunto:

- 1 - A necessidade de se dotar o P.I. Amambai de uma viatura em melhores condições para o atendimento das Aldeias Campestre e Piracua, no caso, distantes 160 e 200^{km} respectivamente da sede do PI;
- 2 - A forma brutal de como foi cometido o crime, dentro de uma Reserva da Funai, no seu local de trabalho, o Servidor Marçal / de Souza, é atingido por cinco tiros, um crime premeditado, pois os dois elementos chegaram na aldeia já com o conhecimento da situação, e visando unicamente eliminar o servidor da Funai daquela área;
- 3 - Que é de total insegurança o clima na região para os funcionários da Funai, pois é uma área em que temos uma Reserva em situação litigiosa (Piracua), pois é comum acontecer crimes nesta região, e os criminosos fogem para o Paraguai, cuja divisa fica a apenas 30 kms;
- 4 - Que visando dar um clima de maior segurança para os Servidores da Funai na área, e a própria comunidade indígena, deve ser providenciado com a máxima urgência a regularização da reserva da Aldeia Piracua;
- 5 - A efetivação com toda a infra-estrutura necessária da Aldeia Piraqua em Posto Indígena, tendo a Aldeia Campestre como subordinada, visto que habitam nestas áreas mais de 250 indígenas, e somente com autonomia própria, é que teremos condições de propiciar melhores condições a estes indígenas.

Era o que tinha a informar.

Atenciosamente:

VANDELINO BRAVIM/CH PIA

FUNAI-ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

| | |
|---------|----------|
| VEÍCULO | O GLOBO |
| DATA | 12.12.83 |
| PÁGINA | 5 |

Funai vai regularizar em 84 área dos índios Kaiowa

CAMPO GRANDE (MS) — No primeiro semestre do próximo ano, um dos maiores desejos do líder indígena Marçal de Souza, recentemente assassinado, será realizado. A Aldeia Piraqua — localizada entre os municípios de Ponta Porã e Antônio João — tida como o Eldorado dos índios Kaiowa, por causa da caça abundante, a fertilidade natural do seus 2.346 hectares de terras ricas em árvores frutíferas e madeira de lei, além de ser cortada pelo rio Apa, um dos mais piscosos do Mato Grosso do Sul, será legalizada pela Funai e depois registrada no Serviço do Patrimônio da União (SPU). A legalização da aldeia colocará um ponto final nas contestações do fazendeiro Astúrio Monteiro de Lima, um dos suspeitos do assassinato. Ele alega que pelo menos 300 hectares da aldeia são de sua propriedade, pois estão incluídos nas terras da Fazenda Serra Brava, também dele.

Entretanto, o Delegado Regional da Funai, Carlos Amauri Motta Azevedo, prova o contrário, afirmando já ter delimitado a área de aldeia. Ele diz que vai demarcá-la mesmo não sendo necessário — segundo garante o artigo 25 da Lei 6001 (Estatuto do Índio), pois será "uma segurança a mais, sacramentada em favor do índio, com o registro no SPU".

DESEJO DE TUPA'Y

Marçal de Souza desejava ver solucionada essa situação. Fazia constantes visitas às 20 famílias indígenas que

habitam a Aldeia Piraqua como auxiliar de enfermagem e, como amigo, encorajava os Kaiowa a permanecerem nas terras consideradas indígenas por uma série de provas, entre elas a localização de como um cemitério de seus antepassados, um rio, uma montanha e a própria permanência dos índios ali. Estas e outras provas foram levantadas pela equipe constituída por antropólogos, cartógrafos, agrimensores, desenhistas e advogados que fez a delimitação da aldeia.

O cacique, também chamado de Tupa'Y (pequeno deus na linguagem de sua tribo Kaiowa), era um dos mais fervorosos defensores dessa disposição da Funai e chegou a percorrer toda a Piraqua, juntamente com Carlos Amauri, um mês antes de ser assassinado.

O processo de legalização das terras indígenas abrange todo o Estado, onde existem 571.403 hectares já demarcados, 2.609 hectares em demarção e 4.188 apenas delimitados. Do total demarcado, 538 mil hectares são da Reserva Bodoquena, onde vivem os Kadiweus, e ali foi implantada, para garantir os limites da reserva, a Polícia Montada, organizada pelos próprios índios, que obedecem escalas entre os 21 membros dessa organização. Eles percorrem as divisas, não deixando ocorrer novas invasões, e esse cuidado — segundo Amauri é para evitar novas despesas com a defesa dos Kadiweus, que de janeiro até agora gastaram Cr\$ 150 milhões na luta pela reintegração de posse das terras que estavam nas mãos dos invasores.

Al

928R

CB - 12/12/83

MARÇAL

Aldeia indígena de Campo Grande será legalizada

Campo Grande — Será satisfeito um dos maiores desejos do líder indígena Marçal de Souza, recentemente assassinado. A aldeia Piragua localizada entre os municípios de Ponta Porã e Antonio João, tida como o Eldorado dos índios Kaiowás, por causa da caça abundante, a fertilidade natural dos seus 2.346 hectares de terras ricas em árvores frutíferas e madeira de lei, além de ser cortada pelo rio Apa, um dos piscosos do Mato Grosso do Sul, será devidamente legalizada pela Funai e, depois, registrada no Serviço do Patrimônio da União (SPU). Isso acontecerá durante o primeiro semestre de 1984, colocando um ponto final nas contestações do fazendeiro Astúrio Monteiro de Lima, que foi incluído na lista dos suspeitos pelo assassinato do cacique, ocorrido dia 25 último da aldeia campestre, em Antonio João.

O fazendeiro, que a exemplo dos demais suspeitos provou de alguma forma não ter tido nenhum envolvimento na morte de Marçal, alega que pelo menos 300 hectares da aldeia são de sua propriedade, pois estão incluídos nas terras da fazenda Serra Brava, também dele. Entretanto, o delegado regional da Funai, Carlos Amauri Motta Azevedo, prova o contrário, afirmando já ter delimitado a área da aldeia, e vai demarcá-la mesmo não sendo necessário - segundo garante o Artigo 25 da Lei 6.001 (Estatuto do Índio). "Mas - disse ele - a demarcação é uma segurança a mais sacramentada em favor do índio, com o registro no SPU".

CB 12/12/83

CB 1212

Sermão de D. TOMÁS BALDUÍNO.

"Aqui, na Grande Dourados, são 19.500 hectares de terras para 10.000 índios repartir em partes iguais. Além disso, têm mais de 2.000 indígenas vivendo dispersos pelas fazendas ou em áreas indígenas não demarcadas, criando conflitos com esses fazendeiros. O resultado disso é essa situação de hostilidade, uma situação de repulsa do índio. Criaram um clima de preconceitos contra eles que não há mais condições de convivência. Isso não por culpa deles, porque eles estavam em suas terras, mas por culpa nossa, por nossa omissão. E é aí que predomina a lei do cão, a lei do mais forte. É aí que predomina a credence de CAIM, que não recua diante do complô, da articulação, da arumação que levou à morte MARÇAL TUPÃ'I. Isso é obra de CAIM. Isso precisa ser clareado com toda justiça, com todo ante-fato. É inadmissível, meus irmãos, esse CAIM, que não é um CAIM idiota. É inadmissível uma resposta temerante, deteriorada, dada pelo Governo. Seria cretinice acreditar nisso. É preciso ter coragem para penetrar na realidade, e aí da justiça se ela falhar, pois do contrário o índio voltará a dar transtorno à sociedade. Voltará a convivência que originou o assassinato. E por falar em convivência, da situação do índio, que está hoje marginalizado pelas articulações políticas, eu me lembro de um depoimento que eu ouvi, hoje, lá na casa de cursilho, que o índio disse que ele reconhece que não é só os índios que estão sofrendo, que estão sendo esbulhados, mas também os outros povos, os operários, os lavradores, os trabalhadores. E por que isso está acontecendo? Será por causa do clima? Será por causa do efeito do sol e da chuva? Ou será a mão de CAIM que está fazendo que todo o País seja esbulhado pelo FMI?

Isso aqui, meus irmãos, se não mudar será a pior imagem, a pior, a mais triste imagem que poderíamos ver. A opressão diante da miséria deste País, deste povo.

Vou fazer uma denúncia. E que essa denúncia dê aonde der. Esse Governo, na pessoa do Presidente JOÃO FIGUEIREDO, pelo Decreto de fevereiro deste ano, tira a competência da FUNAI para demarcação das terras dos índios. Ainda do nosso

Presidente JOÃO FIGUEIREDO, um Decreto, do mês passado, que entrega as terras dos Índios às mineradoras. Decreto este contra o Estatuto do Índio. E por que isso? Por que logo em cima dos pobres e dos Índios, que tiveram suas terras demarcadas com muitos sacrifícios. Com muito derramamento de sangue? Isso é óbvio. Isso é porque eles não querem se preocupar com os Índios. O Índio AIRTON me disse outro dia que ele nunca ouviu o Presidente da República falar o nome de um Índio. Isso deve ser porque ele pensa que o Índio não é gente.

Irmãos, nós como cristãos, como povo brasileiro, precisamos dar uma lição de carinho com relação aos nossos irmãos. O que nós sentimos? O que está acontecendo? As nossas riquezas estão indo para o exterior, os nossos minérios não ficam aqui. Eles vão e desaparecem, porque a terra não produz a segunda colheita de minério.

Ainda denuncio que na exposição de motivos de um Decreto Interministerial nº 55, aprovado pelo FIGUEIREDO, permite a intervenção de qualquer polícia na área indígena, convocada por qualquer um e permite o enquadramento do Índio nesta outra Lei de Segurança Nacional.

Quem sabe da situação que o BRASIL está. Tão frágil de legislador. Uma situação que precisa da nossa atenção especial, porque considerando como uma ameaça, considerá-lo um perigo para a Segurança Nacional. Essa é a mentalidade que está presente no Governo, inclusive na própria FUNAI. E isso é contrário a qualquer sentimento cristão.

Finalmente, quero lembrar que nem tudo isso é em vão. O sentimento do Índio começa a viver. Esse matado, esse se torna vida. Quando o sangue do Índio é derramado, o Índio se torna mais bravo, se torna mais vivo, fica mais consciente e eles estão realmente formando um povo consciente.

Quero lembrar a vocês, meus irmãos, o que está acontecendo aqui não é um caso isolado da região, mas isso está acontecendo no BRASIL inteiro. Peço que nos unamos aos povos indígenas e a MARÇAL" (sic).

ARTICULO JORNAL DO BRASIL

DATA 23.01.84

PAGINA 14

Assassínio do índio Marçal ainda está sem solução

Campo Grande — O assassinio do índio guarani Marçal de Sousa, dia 25 de novembro, na Aldeia Campestre, Município de Antônio João, a 400 km desta cidade, continua sem solução: o caso pode passar à responsabilidade da Polícia Civil e, o processo, à competência da Justiça Comum. Se isto for confirmado, haverá protestos, inclusive da Polícia Federal, que "está prestes a chegar ao assassino de Marçal", diz o superintendente Jaime Coelho.

A possibilidade de o caso passar para a Justiça Comum surgiu no momento em que o inquérito — em fase de conclusão — foi enviado pela Polícia Federal de Ponta Porã à Justiça Federal, com pedido de prorrogação. O processo encontra-se na Procuradoria-Geral da República, em Campo Grande. Em casos semelhantes, a decisão da Justiça tem sido, diz o Juiz federal José Lázaro Alfredo Guimarães, declinar competência à Justiça Comum, com a passagem das investigações a Polícia Civil.

Dificuldades

O delegado Coelho Neto, da Polícia Federal de Ponta Porã, designado para cuidar especialmente do caso do assassinio de Marçal, garante que as investigações continuam sendo realizadas, mesmo com o inquérito na Justiça Federal. As dificuldades, diz ele, estão em interrogar os índios da Aldeia Campestre, que testemunharam o crime.

— Eles afirmam uma coisa agora e, em seguida, desmentem. A falta de discernimento prejudica o bom andamento das investigações e talvez por isso não tenhamos chegado ao final nos 30 dias de prazo de que dispomos para concluir o inquérito com o assassino e mandante do crime presos — diz o delegado.

As investigações sobre a morte de Marçal, um índio que falava seis idiomas (quatro deles indígenas), o que lhe deu condições de participar de reuniões na ONU e o credenciou a falar ao Papa em nome das Nações Indígenas, quando da estada de João Paulo II em Manaus, começaram com uma suposição: os três tiros contra ele teriam sido disparados, de acordo com a primeira versão do crime, por João Bugre, também índio, a mando da primeira mulher de Marçal, Aristídia da Silva, tendo ciúmes como motivo.

A reação da primeira mulher e filhas de Marçal a esta versão foi imediata. Com a prisão de João Bugre ela caiu por terra, pois o índio mal sabia dizer o que era uma arma e, na acareação com outros índios da Aldeia Campestre, não foi reconhecido como o assassino. Além disso, uma testemunha ocular do crime, Arcelina — uma índia que vivia com Marçal — confirmou à Polícia, em um segundo depoimento, que na ocasião do crime apenas ouviu a frase: "Vamos embora João, vamos rápido", da qual concluiu ter sido João Bugre o assassino.

A polícia voltou à estaca zero, conforme afirmações do delegado Armando Neto, e está fazendo novas investigações. Os policiais federais não falam sobre elas oficialmente, mas sabe-se da versão de que a morte de Marçal teria sido em consequência de sua ação na defesa das terras indígenas, versão fortalecida até mesmo entre os federais.

Fazendeiro

Há, inclusive, a denúncia de envolvimento de um fazendeiro da área de Antônio João: trata-se do proprietário da Fazenda Serra Braba — seu nome não foi divulgado pelas autoridades do DPF, Funai, Terrasul e INCRA — próxima da aldeia de Piracua. O Superintendente da Polícia Federal, Jaime Coelho, teria dito ao Deputado Roberto Djalma Barros, do PDS, interessado na solução do caso por ter convivido algum tempo com Marçal de Souza, que a autoria do crime e o mando estariam prestes a ser desvendados.

A área onde foi morto Marçal de Souza é reconhecida como "em conflito" pela Funai. Índios guaranis foram expulsos da Aldeia de Piracua por fazendeiros, e alojados na Aldeia Campestre — área de dois hectares, doada pela Prefeitura de Antônio João — mas não se adaptaram: a maioria voltou ao local em que morava. Marçal era o porta voz dos índios, que tentaram sempre, pacificamente, solucionar não só este problema como outros, em toda a fronteira do Estado com o Paraguai, notadamente nas aldeias de Paraguaçu, Piracua, Panambi, Campestre e na região conhecida como Santa Luzia.

Além disso, a área é de domínio reconhecido de pistoleiros que trabalham a soldo de fazendeiros. Os próprios policiais federais atestam a incompetência das autoridades.

Enquanto isso, reconhecendo litígio em áreas onde estão alojados, forçosamente os índios no Mato Grosso do Sul, a Funai nada faz para auxiliar os policiais federais no seu trabalho. O delegado evita falar a respeito do caso de Marçal ou de qualquer outro caso que envolva indígenas: Amaury Mota de Azevedo proíbe que seus funcionários dêem informações sem sua autorização. Délcio Vieira, funcionário do órgão, desobedeceu essa determinação e informou: "A Funai está aguardando uma definição da Polícia Federal para o caso".

Não contestou a representatividade nem a atuação de Marçal em defesa dos povos indígenas, como tinha feito por ocasião do assassinio o delegado da Funai. Do mesmo modo, Edmundo Cordeiro, advogado da Funai e que acompanha o caso um pouco à distância, afirma — com base em contato com índios e acesso às poucas informações que conseguiu da Polícia Federal — que o crime foi encomendado.

01

UNAI-ASSESSORIA

VEICULO _____ JORNAL _____

DATA _____

PÁGINA 23/1/84

02



Os bororos, que foram uma nação poderosa, se concentram em seis reservas

Nação foi forte até invasão bandeirante

A comunidade, que o jovem Meriecureu tenta reorganizar já foi uma nação poderosa. Seus domínios de cerrados, campinas e florestas ocupavam todo o centro de Mato Grosso e estendiam-se da fronteira com a Bolívia ao Triângulo Mineiro.

Seu longo declínio é uma história que começa no século XVII, quando os bandeirantes descobriram ouro em suas terras e ali se instalaram para explorá-lo. A invasão bandeirante foi uma cunha que dividiu a tribo bororo em dois ramos, oriental e ocidental, ambos em parte subjugados e escravizados pelos invasores. Os bororos ocidentais, mais expostos aos brancos que exploravam o garimpo e a criação de gado, foram aos poucos exterminados. No fim do século XIX já eram a "decaída e miserável comunidade" definida por Karl von den Steinen em *Entre os Aborígenes do Brasil Central*.

Os bororos orientais resistiram, embora encurralados no que lhes restou do outrora vasto território. Viviam em permanente estado de guerra contras os civilizados que avançavam por todos os lados. Em 1886, Galdino Pimentel, presidente da Província de Mato Grosso, teve sucesso numa tentativa de aproximação com a tribo. A paz foi festejada com a presença em Cuiabá de algumas dezenas de bororos, num contato em nada vantajoso para os índios: resultou na criação de colônias militares nas suas terras, para promover uma integração malograda. As colônias militares foram extintas em 1894, cedendo lugar a missões de padres salesianos.

No início deste século, as expedições de Rondon constataram que também os salesianos haviam fracassado: o território dos bororos era um grande latifúndio, onde os índios sobreviviam na condição de agregados, a trabalhar nas roças das missões ou como mão-de-obra alugada a fazendeiros vizinhos. Já não passavam de... don restituiu-lhes a esperança na vida anterior, destinando-lhes 100 mil hectares de terras — hoje reduzidos a 4 mil 700.

Meriecureu defende volta de tradições

Admirador da música pop e do Punk, fã de Michael Jackson, Paulo Meriecureu começa em março, em Cuiabá, um curso de Contabilidade, depois de ter estudado quatro anos em Barra do Garça—MT e dois em Brasília, onde aprendeu, também, Tae-Kwon-Do e tatuou no braço direito as iniciais TKD, da arte marcial oriental. Ele, no entanto, sabe: "Ou a gente retoma nossas tradições, até onde for possível, ou sumimos todos", repete aos seus quatro irmãos e a Domingos e Renato, primos e assessores inseparáveis.

Lourenço Ewororo, 36 anos, motorista do caminhão dos bororos, vendeu, há dois anos, suas 50 cabeças de gado para comprar dois Fuscas, que destroçou em acidentes, depois de dois pileques. "Comprei carro porque não gosto de ficar parado", justifica-se Ewororo. O Cacique Aneldino, que ameaça renunciar a cada sequência de goles, depois do churrasco no domingo, encheu o caminhão de índios e cachaça. O caminhão também se arrebitou, perto de Cuiabá, e seus ocupantes sofreram escoriações.

O uso do poder

Esta é a comunidade que Meriecureu, aos 22 anos, tenta reorganizar com o Departamento de Planejamento, o conhecimento dos hábitos e costumes de seu povo" e as malandrage dos branco", como diz rindo e exibindo uma prótese nos dentes incisivos. Representante do Mato Grosso na União das Nações Indígenas, Meriecureu tem mostrado, em sua gestão, uma sensibilidade política e um sentido de liderança incomuns em sua gente: "Ele é bom", confirma Juruna, e diz por quê: "Por causa dos padres tomando conta, os bororo não sabe o que é poder, nem sabe usá ele".

Meriecureu sabe. Avisado por Juruna de que uma das componentes de seu Departamento, Maria Auxiliadora, que trabalha na Funai em Barra do Garça, estava passando informações a um deputado do PDS, Meriecureu destituiu-a imediatamente. Para chegar ao cargo, convocou eleições diretas para cacique. O candidato mais forte era Valdomiro, que ele não queria no poder. Candidatou-se também e ameaçou: "Só não concorro se o Valdomiro desistir". Valdomiro retirou a candidatura e hoje é seu aliado.

| | |
|---------|------------------|
| VEÍCULO | JORNAL DO BRASIL |
| DATA | 23.01.84 |
| PÁGINA | 14 |

03

Meruri — Paulo Merieureu, 22 anos, organizou o churrasco que, domingo, assinalou o primeiro ano do novo sistema de governo dos índios bororos. Com 45 votos, derrotando três candidatos, Aneldino tornou-se cacique em janeiro, indicado em eleições diretas articuladas por Merieureu, empossado, em seguida, como Diretor do Departamento de Planejamento — DP, uma espécie de Seplan de 700 remanescentes da Nação Bororo, espalhada por seis reservas — 150 mil hectares — a Leste de Mato Grosso.

O boi abatido para a festa no sopé do Morro da Arraia — Meruri, na língua bororo — integrava um rebanho de 25 cabeças, resultado do primeiro empreendimento do DP: a exportação, em abril, de 2 mil Peças de artesanato indígena para SESC-Pompéia e o SENAC, em São Paulo. Lá, no atacado e no varejo, Paulo obteve reservas de Cr\$ 1 milhão-500 mil que, somadas a Cr\$ 700 mil de doações, foram aplicadas na aquisição das 23 novilhas e dois reprodutores Nelore.

Como os brancos

De São Paulo, Merieureu foi obrigado a retornar às pressas e, mesmo antes de abrir conta no banco, em Barra do Garça-MT, na divisa com Goiás, foi ao Meruri impedir a primeira tentativa de renúncia do Cacique Aneldino. Depois de um pileque, o cacique queria abandonar o cargo, como aliás já haviam feito Florenço, Euclides e Valentim, integrantes da "equipe ministerial", hoje reduzida a Paulo e a quatro assessores. Nenhum deles recebe salário nem gratificações.

A introdução de sistemas e formas de governo dos brancos — explica Merieureu, que terminou no ano passado o 2º grau — é necessária porque estamos num estágio muito adiantado de aculturação.

Ela é útil, acredita, até para que o índio possa sobreviver e reorganizar suas tradições e costumes, que estão desaparecendo.

De fato, no Meruri, a maior das seis reservas, o sistema de ocas em círculo, com uma **ba-managueceu** (casa central) foi substituída por 22 casas de tijolo construídas pela missão salesiana que vive com os bororos desde 1902. Segundo o antropólogo Lévy-Strauss, já se passavam então 22 anos do primeiro contato dos brancos com os bororos, que "tiveram sua cultura destruída".

Tentando recuperá-la, para sobreviver, os índios mais velhos, comandados pelo ex-cacique Raimundo Itogoga e o atual, Amarílio Toribo-

go, auxiliados por um Conselho dos Mais Idosos, iniciaram em 1979 a construção da Aldeia do Garça. A 30 km do Meruri, os índios do Garça voltaram a fazer grandes festas, nos funerais, e após boas colheitas e caçadas.

Um tronco de madeira na casa central volta a dividir a nação em dois clãs: os cerais e os tugaregues. Subdivididos em oito grupos cada clã, os cerais não podem se casar com os tugaregues e vice-versa:

— Sempre foi assim — diz Merieureu — e mesmo nas aldeias que estão decadentes isto é seguido e respeitado.

Salesianos

Respeitado é, também, o jovem Merieureu. Seu trabalho "é muito importante", diz o Cacique Toribogo. O sogro do Cacique Aneldino, Tarciso Bokodori, 65 anos, garante:

Precisamos dele para enfrentar muitas coisas.

Uma delas, certamente, é a missão dos Salesianos no Meruri que, se instalou um hospital e uma escola, mantidos com apoio da Funai e gerenciados por três padres e cinco religiosas, "já fez também muita coisa ruim", podera Merieureu. Mas ele diz "gostar muito do Padre Uchoa", um colombiano que morou na aldeia e, eventualmente, retorna.

— Quando eu tinha 10 anos — recorda Merieureu — os padres não gostavam que a gente falasse em bororo e cantasse nossas músicas. Só podia longe da aldeia. No tempo do meu pai e do meu avô, era proibido falar e cantar em bororo.

Na semana passada, iniciada nas seis reservas, a Operação Bororo de Recenseamento — OBR — comandada pelo Departamento de Planejamento, Paulo traçava com Domingos Mericujagureu, 18 anos, Renato Baigabora, 19 anos; e Frederico Kogueatugo, pai de Renato, a criação da Cooperativa de Artesanato Bororo.

A futura Cooperativa, seguramente, irá cutucar os salesianos:

Nós trocamos comida por artesanato — afirma o Padre José Moschim, um italiano de 48 anos. É uma maneira de não deixá-los sem alimentos, pois às vezes acaba o arroz, que eles plantam com apoio da Funai, ou eles vendem e vão tomar cachaça até passar fome.

Merieureu, que em dezembro impediu, pela segunda vez, renúncia do Cacique Aneldino, concorda com o padre que "a pinga é um problema grave", mas tem opiniões diferentes sobre a Missão dos Salesianos.

Suspeito do crime fica solto

Brasília — Continua solto, em Mato Grosso do Sul, **Astúrio Monteiro**, o principal suspeito de ser o mandante do assassinio de Marçal de Souza. Para a Funai, dificilmente serão encontrados os verdadeiros culpados desse crime, a tiros, ocorrido dia 25 de novembro.

Marçal de Souza, em junho de 1980, em Manaus, ao saudar o Papa João Paulo II, denunciou a impunidade dos assassinos de líderes indígenas no país. Lembrou as mortes dos caciques Ângelo Xavier, dos pancararés; Ângelo Kreta, dos caingangues; e Mateus Moreira, dos guajajarás numa antevisão do que aconteceria a ele mesmo.

Em carta enviada ao Papa João Paulo II, no início de dezembro, o Secretário-Geral da CNBB, D Luciano Mendes, relatou o assassinio de Marçal de Souza, lembrando que "o grande defensor das terras indígenas "havia recusado uma oferta de Cr\$ 5 milhões para convencer os índios caiovas, do Município de Bela Vista, a abandonarem suas terras.

Em sua carta — acompanhada de uma fotografia de Marçal saudando o Papa — Dom Luciano afirmou que "as pessoas do Governo local, em vez de apurarem o crime, acusaram injustamente a esposa de Marçal". Continuou: "É lamentável a série de assassinatos de líderes indígenas do país. Neste ano foram mortos índios caingangues, pataxós, ha-ha-hás, maxacaxucuru-cariris. Os crimes praticados contra eles ficam geralmente impunes. Os povos ficam ameaçados e espoliados de seus direitos".

A assessoria de imprensa da Funai informou que não tem "nenhuma novidade" sobre o inquérito da Polícia Federal que apura o assassinio do índio Marçal de Souza. Informou, ainda, que no final do depoimento prestado pelo suspeito de ser o mandante, Astúrio Monteiro — que disputa com os caiovas as terras da Fazenda Canabrava — este declarou que Marçal era "um índio muito abusado".

Segundo o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), na história recente da Política Indigenista Brasileira, os assassinos de índios, mesmo quando conhecidos, não são punidos. É o caso do cacique Ângelo Xavier, morto no Natal de 1979, em Nova Glória, na Bahia, pelo jagunço **Antônio Lino**, que continua solto. Já os índios que matam são inflexivelmente presos, como o pataxó ha-ha-há, Higino, que matou o cacique Nafton. Higino continua preso em Camaca, na Bahia.

Em todos os casos de assassinios de índios, no Brasil, a Funai entrega as investigações à Polícia Federal, mas nunca, nos últimos 15 anos, qualquer caso ficou esclarecido. Os julgamentos só ocorrem quando há brancos mortos nos conflitos.

Somente no ano passado foram assassinados **18 índios**: dois pataxós, em Pau-Brasil, Bahia; quatro guaranis, em Mato Grosso do Sul; um vassu, em Alagoas; um maxacali, em Minas Gerais; um caiova, em Mato Grosso do Sul; um cadiveu, em Mato Grosso do Sul; seis caingangues do Rio Grande do Sul e dois xicuru-cariris de Alagoas.

| | |
|---------|------------------|
| VEÍCULO | JORNAL DO BRASIL |
| DATA | 23.01.84 |
| PÁGINA | 01 |

Assassinos de líderes índios não são presos

O assassinio do índio guarani Marçal de Sousa (foi morto a tiros dia 25 de novembro, na Aldeia Campestre, Município de Antônio João, em Mato Grosso) continua sem solução, e o caso pode passar à responsabilidade da Polícia Civil. Se isso acontecer, haverá protestos, inclusive da Polícia Federal, que pediu prorrogação do inquérito e promete achar o assassino.

Em junho de 1980, ao saudar o Papa João Paulo II em Manaus, Marçal denunciou a impunidade dos assassinos de líderes indígenas no país. Lembrou as mortes dos caciques Ângelo Xavier, dos pancararés; Ângelo Kreta, dos caingangues; e Mateus Moreira, dos guajajaras. Depois, a vítima foi ele. Só no ano passado, 18 índios foram assassinados no país. (Página 14)

MARÇAL

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Gabinete do Presidente

PSS. 433, p. 42/82

C grande

CH ASI FUNAI

934/0aDR de 22 05 84 REF INQ QUE APURA ASSASSINATO
MARÇAL DE SOUZA INFO EXAME BALISTICA CONFERE COM ARMA
APREENDIDA PT DPF PONTAPORÃ DESENCADearã MEDIDAS
VISANDO PRENDER PROPRIETÁRIO ARMA PT DEL SUBST 9aDR

MINTER - FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

RADIOTELEGRAMA RECEBIDO

DE CGRANDE NR 101 PLS 48 DT 23-05- HS 08.20

RECEBIDO DE CGR AS 230920 POR JF-JA-

ENDERECO

CONFIDENCIAL- CH ASI-BSB -

CONTROLE Nº 3780

PSS. 433, p 43/82
23 MAI 1964
PPI - BSB

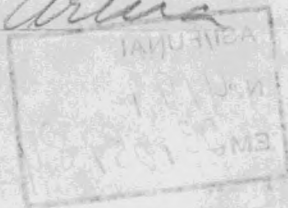
NR. 934/9ADR DE 22-05-84- IOANO MSGEI CGRMS NAEDP EASPR RTUAR RPSNA LPVDA
CPAND EINEE MENEI USDND TSACO RPTEA DDRTA LONQA AGAOI XSFRN PONHV ROISB -
DEAAI RAAOE CEADO NDDAD IRDOT FTRII IEVAL OMETA SRAOP APSNQ USTUR UNATE
MDFRC MIEPO DSRUE SOAÇZ FMIRA IPAAE SNRAS IP CONTEM 39 GRUPOS DE CINCO LE-
TRAS ET UM DE DUAS LETRAS - DEL SUBSTº 9ADR -

TEXTO E ASSINATURA

ASI/FUNAI
N.º 4191
EM 23/05/84

PSS. 433, p. 44/82

Ref. Inq. - Que Apura Assasunto
Marçal Souza Filho Exame
Balística comparecer com arma
apreendida R. Off. Pontapora
desencadeara medidas visando
prender proprietario arma R.
95 DR



RECEBUE

VEÍCULO: CORREIO DO ESTADO

DATA: 05.06.84

PÁGINA: 01 (UM)

Está preso o assassino do índio Marçal

A Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal informou ontem à tarde que o proprietário de uma granja em Antonio João, Rômulo Camarra, foi um dos responsáveis pelo assassinato do líder indígena Marçal de Souza, ocorrido no dia 25 de novembro do ano passado. Rômulo foi preso na última quinta-feira em sua residência e agora está no Presídio Central de Ponta

Porã. Ontem, saiu o resultado do exame de balística feito nas três armas apreendidas na ocasião do crime e o Departamento de Criminalística da Superintendência Regional constatou que alguns dos projéteis que perfuraram o corpo da vítima, saiu de um revólver Taurus, calibre 38, pertencente a Rômulo Camarra. As demais armas apreendidas estão fora de investigação.

Página 8.

VEÍCULO: CORREIO DO ESTADO

DATA: 05.06.84

PÁGINA: 08(OITO)

Preso um dos assassinos do líder Marçal de Souza

A Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal liberou ontem à tarde informação da prisão de um dos elementos responsáveis pelo assassinato do líder indígena Marçal de Souza, ocorrido no dia 25 de novembro do ano passado. Trata-se de Rômulo Camarra, brasileiro, natural de Antonio João, proprietário de uma granja e morador em uma casa localizada a 200 metros da enfermaria onde Marçal foi morto, na Reserva Indígena Campestre.

Ontem, saiu o resultado do exame de balística feito nas três armas apreendidas na ocasião do crime. Foi constatado pelo Departamento de Criminalística da Superintendência Regional que, alguns dos projéteis que perfuraram o corpo da vítima, saiu de um revólver Taurus calibre 38, pertencente a Rômulo Camarra, que foi preso na última quinta-feira à tarde em sua residência e agora está no Presídio Central de Ponta Porã.

Na sexta-feira foi solicitada a

sua prisão preventiva, com base nas provas obtidas pela Polícia Federal no resultado das investigações desenvolvidas. O juiz, da comarca de Ponta Porã, deferiu o pedido e, portanto, decretou a preventiva. A principal prova da responsabilidade de Camarra no crime, é sua própria declaração feita em inquérito: "realmente a arma é minha, nunca a perdi ou emprestei a alguém". Entretanto, como todo criminoso, Rômulo nega autoria do crime e muito menos fala dos outros dois elementos que a Polícia acredita terem participado.

OUTROS ENVOLVIDOS

O delegado Aldeir Bório Gonçalves, oito anos de DPF e que preside o inquérito que apura a morte do líder indígena, confirmou como tônica das próximas investigações a identificação dos demais envolvidos no caso. Ele afirma que havia um motorista com uma camionete ligada e esperando os assassinos e ainda - vai mais além - reafirmando a lo-

calização de projéteis de outros calibres (além do 38) no corpo da vítima, o que leva a crer na utilização de suas armas e naturalmente mais de um elemento. As demais armas apreendidas estão fora de investigação conforme o resultado do exame de balística feito em Campo Grande.

A CAUSA DO CRIME

Com a prisão de Rômulo Camarra, a Polícia Federal vê reforçada a possibilidade da causa do assassinato de Marçal de Souza, ser em decorrência de conflito de terras entre os fazendeiros e índios. Nesse aspecto, segundo informações policiais, fazendeiros da região estão como "suspeito número um", uma vez que querem as terras e Marçal de Souza, como um forte líder, mantinha a união dos indígenas para evitar a perda aos fazendeiros.

Investigações estão sendo realizadas nesse sentido, segundo garantiu o delegado responsável pelo inquérito instaurado para apurar o caso, acrescentando que "nem por-

isso estão afastadas possibilidades do assassinato ter sido por causa diferente".

QUEM FOI MARÇAL

Na época do assassinato, Marçal de Souza, estava trabalhando como enfermeiro, na aldeia Campestre, reserva indígena localizada na região de Dourados. Ele era muito querido entre os integrantes das diferentes tribos (Terena, Caiuá, Kadiwêu) que integram a reserva. Sempre foi radical e lutador pelos direitos dos índios e se projetou até mesmo a nível internacional na sua luta.

Marçal de Souza foi o responsável por representar os indígenas do Brasil com discurso na Organização das Nações Unidas. Além disso cumprimentou o Papa João Paulo II, quando de sua vinda ao Brasil, também representando sua raça. Tinha fortes ligações com Darcy Ribeiro, atual vice-governador do Rio de Janeiro, e era "índio forte" (homem forte) em Mato Grosso do Sul, no meio de seus companheiros.

Preso assassino de

PSS 433 P. 47/82



O quarteto de arrombadores pego pela Rádio Patrulha

FUNDAÇÃO
Assessoria de

VEÍCULO: DIARIO DA SER

DATA : 05.06.84

PÁGINA : 06 A(SEIS)

Marçal

A Polícia Federal identificou e prendeu na sexta-feira, o assassino do líder indígena Marçal Guarani, morto a tiros de revólver em final de novembro passado. Após uma série de versões de quem e por que teriam matado Marçal Guarani, a Polícia Federal chega ao verdadeiro autor da morte.

Está em caráter incomunicável na sede da Divisão de Polícia Federal em Ponta Porã, Rômulo Camarra, residente em Antônio João e proprietário de uma granja nas proximidades de onde Marçal foi assassinado a tiros de revólver, num crime que até agora encontrava-se como de autoria desconhecida.

Para chegar até o criminoso Rômulo Camarra, a Polícia Federal baseou-se praticamente além de depoimentos e levantamentos técnicos da área do crime, nos trabalhos de seu serviço de criminalística a partir da apreensão de diversos revólveres no local e imediações onde Marçal foi assassinado.

De posse das armas apreendidas e dos projéteis retirados do corpo de Marçal, minuciosos exames passaram a ser feitos pelos peritos federais que chegaram até a arma utilizada na morte do líder Guarani, cujo crime foi de repercussão mundial como também a não elucidação do mesmo.

Conforme informou ainda no final da tarde de ontem o chefe da Comunicação Social do Departamento de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul, Dr. Geraldi,

o elemento preso e responsável pela morte de Marçal, já teve a sua prisão preventiva decretada em função das provas levantadas durante a investigação do caso.

Rômulo Camarra, em seu depoimento nega a autoria do assassinato mas se contradiz quando afirma que nunca emprestou seu revólver, jamais o perdeu e nem vendeu mas também não coloca dúvidas de que os projéteis retirados de Marçal pertençam a sua munição.

Quando da execução do líder Guarani, três elementos estiveram envolvidos na abordagem ao Indígena e um que aguardava os pistoleiros em uma camioneta nas proximidades, entretanto Rômulo Camarra se recusa totalmente em fornecer qualquer nome ou pista dos seus acompanhantes no crime.

A Polícia Federal durante as investigações, apurou também que Camarra é elemento de alta periculosidade, tendo sido inclusive abandonado pela mulher devido aos constantes maus-tratos e espancamentos que recebia permanentemente inclusive com ameaça de morte, o que se acentuava de tempos para cá.

A Superintendência da Polícia Federal, entretanto não soube precisar se o assassino de Marçal será removido para Campo Grande nos próximos dias, mas afirmou que diversos trabalhos serão ainda realizados sobre o caso inclusive depoimentos que dependerão da presença do criminoso em Ponta Porã, onde se encontra recolhido.

Federal: matadores de Marçal

Morte do líder indígena envolve fazendeiros



Romulo Camarra, lavrador, é um dos assassinos do índio Guarany Marçal de Souza - um dos líderes indígenas de Mato Grosso do Sul e morto em 25 de novembro do ano passado -, e que prisão preventiva foi decretada pela justiça. A informação foi liberada ontem à tarde pelo Superintendente da Polícia Federal do Estado, Jaime Coelho, acrescentando que Romulo Camarra, que se encontra preso em Ponta Porã, não é o único assassino. "Suspeitamos que tenham sido três, uma vez que os projéteis encontrados no corpo de Marçal são de vários tipos", explicou. A prisão do lavrador, segundo Jaime Coelho, ocorreu na última quinta-feira, à tarde, quando ele voltava de sua granja, no Município de Antonio João, de onde estava foragido desde o assassinato, que ocorreu a apenas duzentos metros de sua pequena pro-

priedade. "Entre as armas que apreendemos na época, para averiguações, o exame balístico dos projéteis constatou que um dos disparos foi feito por um Taurus 38 pertencente a Romulo Camarra. Ao ser preso, ele confirmou que o revólver lhe pertencia e que não havia emprestado a ninguém no dia 25 de novembro, quando o índio foi morto". Disse o Superintendente Jaime Coelho. O Superintendente da Polícia Federal informou, ainda, que o caso deverá ser elucidado em breve, com a prisão de mais dois elementos que teriam participado do assassinato. "A princípio, acreditamos que Marçal de Souza foi morto por problemas de terras e há indícios de que Romulo Camarra não é o mandante do crime", completou, "na época em que foi morto, o índio Guarany trabalhava na Funai, como enfermeiro, chefiando as aldeias Campestre e Piragua, no Município de Amambai. Marçal foi recebido pelo Papa João Paulo II, em sua visi-

ta ao Brasil. A DPF, acredita, e pelo menos é o que tudo indica nas conversas mantidas com diversos agentes, de que os que mandaram assassinar Marçal de Souza, sejam fazendeiros que preocupados pela liderança do indígena em sua reserva, resolveram calar para sempre a sua voz ativa, e antes de mais nada, de extrema verdade. Desta maneira, com as prisões assassinos, e depois dos mandantes, que são homens poderosos em Mato Grosso do Sul, a Polícia Federal estará entregando a justiça um dos casos que abalou o povo indígena, que até os nossos dias viviam indignados pela falta de justiça para a morte de seu principal líder, que hoje não encontra substituto. Por outro lado, os indígenas sul-matogrossenses, resolveram criar um "Conselho Tribal", para que seja possível apenas uma comissão representar com voz ativa suas pretensões junto a Funai e outros órgãos estaduais e federais. Matéria na página 2.

| | |
|---------|------------------------------------|
| VEICULO | JORNAL DO MARANHÃO-CAMPO GRANDE/MS |
| DATA | 06.06.84 |
| PÁGINA | 08 |

Caso Marçal: Federal intensifica as operações

Os agentes da Polícia Federal, lotados na Delegacia Regional de Ponta Porã, intensificaram ainda mais as operações para esclarecer definitivamente o crime contra o líder indígena Marçal de Souza, ocorrido em novembro do ano passado, com a prisão de um dos assassinos, o elemento Romulo Camarra. Estas informações foram dadas ontem a tarde, pelo delegado federal Aldeir Borio Gonçalves, chefe da Regional de Ponta Porã, que preside o Inquérito Policial e as investigações para apurar as circunstâncias que ocorreram para a morte do líder Marçal de Souza, e principalmente identificar e prender os mandantes do crime, que causou grande revolta no meio indígena do País.

O delegado Borio Gonçalves, revelou também ontem a tarde, que com a prisão do assassino Romulo Camarra, a Polícia Federal finalmente conseguiu encontrar o "fio da meada" para elucidar a morte de Marçal de Souza, morto com cinco balaços, na noite de 25 de novembro de 83, na Reserva Indígena de Anto-

nio João, principalmente pelo fato que até então, nada se tinha para esclarecer o crime. Por outro lado, ontem a tarde o Departamento de Polícia Federal de Mato Grosso do Sul, liberou para a imprensa, o depoimento dado por Romulo Camarra, que participou do crime contra o líder Marçal de Souza. No depoimento, segundo a Federal, o criminoso negou a autoria do crime, mas reconheceu ser dele, a arma, um revólver calibre 38, apreendido na época do crime, onde ficou comprovado, através de exames de balística, como sendo uma das armas utilizadas no assassinato contra o líder indígena.

A Polícia Federal revelou também que além de negar a autoria do crime, o elemento Romulo Camarra nega a dar qualquer tipo de auxílio nas investigações que estão sendo realizadas para a captura dos outros dois elementos, que participaram também do crime, que serão, segundo o DPF/MS, presos ainda nas próximas horas, dado ao volume de operações que estão sendo feitas na fronteira com o Paraguai.

VEÍCULO: CORREIO DO ESTADO

DATA: 06.06.84

PÁGINA: 01 (UM)

Marçal: 4 suspeitos procurados

A Polícia Federal tem quatro nomes sob suspeita no caso do assassinato do líder indígena Marçal de Souza. Além do lavrador Rômulo Camarra, apresentado ontem à imprensa em Ponta Porã, os policiais sabem que há dois ou mais implicados no caso, uma vez que no corpo de Marçal foram encontrados projéteis de calibres diferentes, portanto tendo sido disparados de armas também diferentes. A Polícia Federal, porém, acredita ter encontrado "o fio da meada" conforme colocou ontem o delegado de Ponta Porã, Aldeir Bório Gonçalves, que preside o inquérito da morte de Marçal de Souza. As investigações prosseguem e os policiais estão otimistas de que possam solucionar todo o caso, com a prisão dos demais implicados, possivelmente ainda durante esta semana.

VEÍCULO: CORREIO DO ESTADO

DATA: 06.06.84

PÁGINA: 08a (OITO)

Caso Marçal: quatro na lista de novos suspeitos

Já existem quatro nomes suspeitos de serem os demais responsáveis pelo assassinato do líder indígena Marçal de Souza. A informação foi confirmada pelo delegado da Central de Polícia Federal de Ponta Porã, Aldeir Bório Gonçalves, que preside o inquérito e apresentou naquele município, ontem, à imprensa um dos autores do crime: o lavrador Rômulo Camarra. As investigações prosseguem em ritmo acelerado e, as autoridades policiais são otimistas ao aventarem a possibilidade de novas informações sobre o caso ainda esta semana.

O delegado responsável pelas investigações, não comentou muito ontem a respeito dos quatro suspeitos da lista, apenas esclarecendo que são pessoas da região onde ocorreu o crime e que não foram denunciadas por Camarra, mas, sim "fruto dos trabalhos investigatórios desenvolvidos até agora". "O elemento

que está preso, nega autoria do crime e não mencionou nomes em seus depoimentos", disse Aldeir Bório.

"O FIO DA MEADA"

A Polícia Federal acredita ter encontrado agora, "o fio da meada", conforme disse o delegado, comentando os vários informes que possui. Ele não confirmou se entre os nomes está o de algum fazendeiro, porém entende que, por enquanto deve estar aparecendo apenas os executantes do homicídio; "os mandantes vêm depois". Diligências estão sendo realizadas na área do crime, abordando pessoas que têm ligação com o elemento preso, Rômulo Camarra.

Alguns fazendeiros da região, no entanto, aparecem como suspeitos de terem mandado Camarra e outros dois elementos (um esperando com uma camionete

ligada para a fuga e o que usou outra arma, além do revólver Taurus calibre 38 de Camarra) matarem Marçal de Souza. Isto porque, como líder indígena, a vítima conseguia resistência dos índios para a persistente intenção dos fazendeiros em tomar as terras da reserva Campestre, colocando os índios como funcionários ou até mesmo retirando-os da região.

Marçal de Souza, que representou a comunidade indígena brasileira com discurso na organização das Nações Unidas e foi recebido pelo Papa João Paulo II quando de sua vinda ao Brasil, foi assassinado no dia 25 de novembro do ano passado e, a notícia da prisão de um dos assassinos já repercutiu internacionalmente. Ontem, empresa jornalística dos Estados Unidos manteve contato com a Superintendência Regional do DPF, na Capital. A Empresa Brasileira de Noti-

cias divulgou nota oficial para todo País.

ATAQUE A RECEITA

Quanto a tentativa de assalto ao prédio da Receita Federal em Ponta Porã, o delegado Aldeir Bório, que preside o inquérito, disse ser muito cedo para adiantar qualquer informação. O inquérito foi para a Justiça Federal, porém com pedido de baixa, ou seja um novo prazo para novas investigações.

"Por enquanto nada de concreto", disse o delegado, preferindo abster a fazer comentários a respeito do suspeito número um no caso: Adilson Rosseto, que já tem vários processos por contrabando e seu nome foi achado na bateria levada pelos assaltantes para colocar no caminhão carregado com 500 sacas de cacau, que seria resgatado do pátio da Receita Federal.

VEÍCULO JORNAL DA MANHÃ/CAMPO GRANDE/MS

DATA 06.06.84

PÁGINA 01

Caso Marçal:

DPF já tem nomes dos suspeitos

Os outros marginais envolvidos no assassinato do indígena Marçal de Souza poderão ser presos nas próximas horas, segundo informou ontem a Polícia Federal de Ponta Porã. O delegado que está cuidando das investigações, Aldeir Borio Gonçalves, chefe da Regional daquela cidade, revelou que com a prisão do indivíduo Rômulo Camarra, na última quinta-feira, foi possível chegar a mais quatro nomes que estão sendo mantidos em sigilo absoluto mas os policiais têm como certas suas participações no crime. Inúmeras investigações vêm sendo realizadas principalmente na fronteira Brasil-Paraguai visando localizar os marginais. A Polícia acredita que até o final desta semana os assassinos e os mandantes do homicídio deverão estar presos.

FUGA DE PRESO

O marginal Nestor Camargo, que seria julgado hoje por crime de tentativa de homicídio pela 1ª Vara Criminal, fu-

giu no último sábado, do presídio central e somente ontem o Departamento do Sistema Penitenciário informou à Justiça sobre a evasão do indivíduo. O Júri, desta forma, foi transferido e foi pedido empenho ao máximo para que o indivíduo seja recapturado. Por outro lado, o réu José Gomes dos Santos, julgado na segunda-feira, quando da abertura da 2ª Sessão do Júri, foi condenado a seis meses de reclusão, mas, no final do julgamento, foi colocado em liberdade visto que já havia cumprido quase nove meses de cadeia. José foi o primeiro a ser julgado nessa sessão que terá ainda mais 18 criminosos a sentarem, nos próximos dias, nos bancos dos réus. A participação, principalmente de acadêmicos de direito, tem sido intensa notando-se, também, a presença de algumas pessoas interessadas em acompanhar os trabalhos de defesa e acusação. Maiores detalhes sobre o assunto estão na página 4.

VEÍCULO: JORNAL DA MANHÃ

DATA: 06.06.84

PÁGINA: 04 (QUATRO)

Caso Marçal: Federal intensifica as operações

Os agentes da Polícia Federal, lotados na Delegacia Regional de Ponta Porã, intensificaram ainda mais as operações para esclarecer definitivamente o crime contra o líder indígena Marçal de Souza, ocorrido em novembro do ano passado, com a prisão de um dos assassinos, o elemento Romulo Camarra. Estas informações foram dadas ontem a tarde, pelo delegado federal Aldeir Bório Gonçalves, chefe da Regional de Ponta Porã, que preside o Inquérito Policial e as investigações para apurar as circunstâncias que ocorreram para a morte do líder Marçal de Souza, e principalmente identificar e prender os mandantes do crime, que causou grande revolta no meio indígena do País.

O delegado Bório Gonçalves, revelou também ontem a tarde, que com a prisão do assassino Romulo Camarra, a Polícia Federal finalmente conseguiu encontrar o "fio da meada" para elucidar a morte de Marçal de Souza, morto com cinco balaios, na noite de 25 de novembro de 83, na Reserva Indígena de Anto-

nio João, principalmente pelo fato que até então, nada se tinha para esclarecer o crime. Por outro lado, ontem a tarde o Departamento de Polícia Federal de Mato Grosso do Sul, liberou para a imprensa, o depoimento dado por Romulo Camarra, que participou do crime contra o líder Marçal de Souza. No depoimento, segundo a Federal, o criminoso negou a autoria do crime, mas reconheceu ser dele, a arma, um revólver calibre 38, apreendido na época do crime, onde ficou comprovado, através de exames de balística, como sendo uma das armas utilizadas no assassinato contra o líder indígena.

A Polícia Federal revelou também que além de negar a autoria do crime, o elemento Romulo Camarra nega a dar qualquer tipo de auxílio nas investigações que estão sendo realizadas para a captura dos outros dois elementos, que participaram também do crime, que serão, segundo o DPF/MS, presos ainda nas próximas horas, dado ao volume de operações que estão sendo feitas na fronteira com o Paraguai.

Solto o assassino de Marçal

PSS 432 / p. 54/82

O Tribunal Federal de Recursos (TFR) concedeu, no dia 28 de agosto último, por unanimidade, uma ordem de habeas-corpus para determinar a soltura de Rômulo Gamarra, acusado pelo assassinato do líder Guarani Marçal Tupã-y. A medida, impetrada pelo advogado Jorge Siuf (presidente da seccional da Ordem dos Advogados do Brasil do MS), ocasionou a cassação do decreto de prisão preventiva. Segundo a Assessoria Jurídica do Cimi, "como a jurisdição do TFR está estabelecida por norma constitucional no sentido de competir a esse Tribunal apreciar habeas-corpus, quando a autoridade coatora for o juiz federal, e

estando, na ocasião da impetração do habeas-corpus, o paciente submetido à jurisdição da Comarca de Ponta Porã, MS (Justiça comum, a decisão do TFR é no mínimo extravagante; por outro lado, o Tribunal não poderia apreciar essa matéria, pois a autoridade coatora seria o juiz comum e não o federal".

A propósito, a Subprocuradoria Geral da República opinou no mesmo sentido de que a impetração do habeas-corpus deveria ser perante o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

Um dia após o III Congresso Regional dos Advogados de Mato Grosso do Sul (*ver página 11*), o governador do estado, Wilson Barbosa Martins,

inaugurou uma via expressa, ligando o centro de Campo Grande ao Parque dos Poderes. Nessa via, foram colocados nove painéis de artistas plásticos do estado. Um deles havia sido feito em homenagem a Marçal Tupã-y. Mas não chegou a ser inaugurado. Um dia antes da festa, na madrugada de 24 a 25 de agosto, num ato brutal de vandalismo alguns elementos deram vários tiros no painel e destruíram a obra. A ação terrorista teve grande repercussão junto à população do estado, principalmente porque, depois de quase um ano da morte do líder Guarani os assassinos continuam impunes e o único jagunço preso, já está libertado.

PORANTIM

SET/84

MARÇAL DE SOUZA

PSS. 433, p. 55/82

| | | | | |
|--------|----|--------|-------|------|
| CGR MS | 74 | 25 | 10.11 | 0900 |
| | | 100918 | AND | PL |

GERSON DA SILVA ALVES SUPEX BSB UU

S/N 9A.DR DE 09.11.84 - RERA 294-SUPEX DE 08.11.84 VG INFORMO INQUERITO
ESTAH COM PROMOTOR JUSTIÇA VG PARA OFERECER DENUNCIA VG COMARCA PONTA PORA
PT

DEL 9A.DR

MARÇAL DE SOUZA

MINISTER - FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

ÍNDIO MARÇAL DE SOUZA 99DR

PSS.433/P.56/82
FUN. BRASÍLIA-DF
HOTEL

RADIOTELEGRAMA RECEBIDO

DE CGR MS NR 09 PLS 45 DT 04.12 HS 09,20

RECEBIDO DE AS 041412 POR AND JA

~~REZ 1984~~
PPI 21 - BSB

ENDEREÇO

ASI FUNAI BSB

CONTROLE Nº 6383

NR 2272/9A.DR DE 031284 - INFO VSA IPL NR 02.148-83 VG REFERENTE ASSASSINATO
ÍNDIO MARÇAL DE SOUZA VG AUTOS ESTAO COM VISTA MINISTERIO PUBLICO VG QUAL
INFORMOU PROCURADORIA REGIONAL ESTAR ESTUDANDO CASO PARA POSTERIOR EMISSÃO
PARECER PT
DEL 9A.DR

TEXTO E ASSINATURA

ASI/FUNAI
N. 1059,
EM 05/12/84

CONFIDENCIAL

PSS 433, p. 57/80



MINISTÉRIO DO INTERIOR
DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

PEDIDO DE BUSCA N.º 22/0902/G.3/85

1. DATA : 03 DEZ 85
2. ASSUNTO : ATO PÚBLICO, EM DOURADOS/MS, COM A PRESENÇA DE LIDERANÇAS INDÍGENAS DE MATO GROSSO DO SUL, PARANÁ, ESPÍRITO SANTO E DO PARAGUAI, EM LEMBRANÇAS DO ASSASSINATO DE MARÇAL DE SOUZA.
3. ORIGEM : DSI/MINTER
4. REFERÊNCIA :-
5. ÁREA :-
6. DIFUSÃO ANTERIOR :-
7. DIFUSÃO : ASI/FUNAI
8. ANEXO :-

DADOS CONHECIDOS

- a. Foi realizado, em 23 NOV 85, em DOURADOS/MT, um ato Público de Protesto pelo não esclarecimento, até hoje, do assassinato de MARÇAL DE SOUZA, ocorrido na Aldeia Campestre, Município de ANTÔNIO JOÃO/MS.
- b. Ao ato, compareceram lideranças indígenas de MS, PR, ES e do PARAGUAI, que debateram assuntos ligados à causa indígena, principalmente a demarcação de suas áreas.
- c. O representante da União das Nações Indígenas (UNI), AILTON KRENAK, também se reuniu a esses líderes, conforme declarações de representantes do Grupo de Apoio ao Índio (GAIN), para outro ato público em frente à matriz de DOURADOS/MS, visando a chamar a atenção das autoridades e da Opinião Pública, em especial sobre a demarcação das Áreas Indígenas PIRACUÁ (Município de BELA VISTA/MS), Jaguapiré (município de TACURU/MS)

DADOS SOLICITADOS

1. Confirmação dos dados conhecidos.
2. Identificação dos líderes presentes e de incentivadores e manipuladores desses atos públicos, bem como dos assuntos tratados.
3. Outros dados julgados úteis.

TODA E QUALQUER PESSOA QUE TOMAR CONHECIMENTO DE ASSUNTO SIGILOSO FICA AUTOMATICAMENTE RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DE SEU SIGILO (Art. 12 do Decreto n.º 79.099/77 - Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos)

ASI/FUNAI

N.º 967,

EM 04/12/85

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI



133/85

11 DEZ 85

ATO PÚBLICO EM DOURADOS/MS - PROTESTO PELO
2º ANO DO ASSASSINATO DO ÍNDIO MARÇAL DE SOUZA
ASI/FUNAI

PB Nº 22/0902/G.3/85, 03.12.85

-

-

DSI/MINTER

-

9. AVALIAÇÃO : C/3

1. Segundo o Jornal PORANTIM a reunião realizou-se nos dias 21, 22 e 23 de novembro e contou com as lideranças indígenas do MATO GROSSO DO SUL. " Foi a forma encontrada pelos índios para marcar seu protesto pelo segundo ano do assassinato do líder Guarani MARÇAL DE SOUZA, ainda impune - ocorrido em 25 NOV 85. A reunião contou com a participação de representantes de 14 aldeias dos Guarani-Kaiwa, além dos Terena e de índios de outras áreas.

MARÇAL DE SOUZA foi lembrado como herói Guarani da resistência e da luta dos povos indígenas no Brasil.

No dia 23 (sábado), à noite, ao final da reunião foi celebrada uma missa e houve o ato público que marcou também o protesto das lideranças indígenas pelo bárbaro assassinato de MARÇAL. Tanto na missa quanto no ato público, os índios manifestaram sua indignação contra a omissão e o descaso das autoridades do Estado, que até hoje nada fizeram para punir os assassino de MARÇAL".

2. Esta ASI não dispõe de dados sobre a identificação dos líderes e incentivadores do evento.

QUALQUER PESSOA QUE TOMAR
CONHECIMENTO DE ASSUNTO SIGILOSO
FICA, AUTOMATICAMENTE, RESPONSÁVEL
PELA MANUTENÇÃO DE SEU SIGILO (Art. 12 do
Decreto n.º 70.091/77 - REGULAMENTO PARA
SALVAGUARDA DE ASSUNTOS SIGILOSOS)

CONFIDENCIAL

INDIO MARÇAL DE SOUZA

FUNAI-BRASILIA-DF

27 SET, 1988

SETOR II

S E I

PSS. 433, p. 59/82

0021.1732

⊕

611794FUNI BR

611039MINT BR

ASI/FUNAI

BRASILIA-DF

TLX NR 22/853/G.3/88 - 21.09.88

soy
Gomes Soares

TELEX NR 1624/D1/V-CI/DPF, DE 21.09.88 BIPT ABRASPAS INFO QUE DT 19.09.88 DPF.1/PONTA PORA/MS INSTAUROU INQUERITO POLICIAL (IPL) NR 251/88 VG POR PORTARIA VG AINDA SEM ART DEFINIDO VG SEM INDICIADO VG OBJETIVANDO APURAR RESPONSABILIDADE CRIMINAL QUE JUSTIÇA PUBLICA MOVE CONTRA FAZ. LIBERO MONTEIRO LIMA ET ROMULO GAMARRA VG FIM DE QUE SE APURE ET IDENTIFIQUE DEMAIS ENVOLVIDOS NA MORTE DO INDIO MARÇAL DE SOUZA RT RECHASPAS.

ASI/FUNAI
N. 8581
EM 22/9/88

HERCIO GOMES SOARES
DIRETOR/DSI/MINTER

22/09/88 - 18:00 hs

GA

⊕

611794FUNI BR

611039MINT BRR

PSS. 433, p. 60/82
"1. No dia 25 NOV 83, foi assassinado na Aldeia Campes-
tre, no Município de ANTONIO JOÃO/MS, o líder indígena MARÇAL DE SOUZA,
o que ensejou a instauração do IPL 148/83-DIVISÃO DE POLÍCIA FEDERAL em
PONTA PORÃ/MATO GROSSO DO SUL (DPF.1/PPA/MS).

2. Ainda no ano de 1984, no curso das investigações, a
POLÍCIA FEDERAL concluía que MARÇAL DE SOUZA havia sido assassinado por
RÔMULO GAMARRA, a mando de LÍBERO MONTEIRO DE LIMA, proprietário de uma
área de terra denominada "PIRACUÁ", que os indígenas também se dizem do
nos, sobre a qual recai demanda judicial desde o ano de 1982.

3. No dia 31 MAI 84, o Juiz Federal de Primeira Instân-
cia do Estado de MATO GROSSO DO SUL, atendendo solicitação da Autorida-
de Presidente do Inquérito Policial, expediu Mandado de Prisão Preventi-
va contra RÔMULO GAMARRA, à época residente na Vila Campestre - ANTONIO
JOÃO/MS.

4. O IPL sobre o caso "MARÇAL" foi encaminhado à Justi-
ça em 10 JUL 84, tendo baixado à DPF.1/PPA/MS, para cumprimento de cota,
por diversas vezes, sendo finalmente remetido à Justiça Criminal da Co-
marca de PONTA PORÃ/MS, em 01 JUL 88.

5. Oferecida denúncia nos Autos do Processo crime 174/88-Vara Criminal da Comarca de PONTA PORÃ/MS, em 15 AGO 88, contra RÔMULO GAMARRA e LÍBERO MONTEIRO DE LIMA, com base nos Artigos 121, § 2º, incisos I, IV e V, c/c 29 do Código Penal, estando designadas audiências das testemunhas arroladas para o dia 07 ABR 89.

6. Desde o assassinato de MARÇAL DE SOUZA, entidades que atuam em nome das "minorias", não perderam tempo e oportunidades surgidas para criticar os responsáveis pela apuração do crime - POLÍCIA FEDERAL - propagando, até internacionalmente, o descaso da justiça brasileira, neste caso específico e outros. Em função deste crime, foi criado, em CAMPO GRANDE/MS, o CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS - MARÇAL DE SOUZA TUPÃ-I (CDDH-MARÇAL DE SOUZA), por militantes do PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB) e PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT/MS), para, dentre outras propostas, "denunciar os casos concretos de violação dos direitos humanos".

7. Em que pese a Polícia Federal ter apresentado à justiça os responsáveis pelo crime, ainda no início das investigações, assim não querem entender o CDDH-MARÇAL DE SOUZA e outras entidades similares, tanto que o assunto sempre é lembrado, sendo a Polícia e Governo, taxados de omissos e coniventes com os mandantes do crime, "por nada ter sido apurado a respeito".

8. Essa idéia, de forma mentirosa, é levada às entidades estrangeiras no exterior (alínea "f" do Estatuto do CDDH-MARÇAL DE SOUZA - "..estabelecer relações com organismos e entidades que, em qualquer parte do mundo, venham se ocupando das questões econômicas, políticas, sociais e culturais, direta ou indiretamente, às aspirações de justiça"), que por sua vez, se encarregam de emitir relatórios e/ou entendimentos que não condizem com a verdade, como espelham os seguintes e recentes documentos:

a. Carta de ESTOCOLMO/SUÉCIA, de membro da Anistia Internacional, de 10 FEV 89 - "... o caso permanece em estágio de Inquérito Policial. Procedimentos judiciais não foram abertos".

b. Carta de BOSTON/EUA, de 14 FEV 89 - "....apesar da movimentação judicial pouco progresso foi feito em levar quem quer que seja a julgamento. O caso permanece em estágio de inquérito policial".

PSS 433, p. 62/82
"ca e info"

c. Carta de LINKOPING/SUÉCIA, de membro da Anistia Internacional, de 31 JAN 89 - "...o caso permanece em estágio de ' Inquérito Policial. Procedimento judicial não fora aberto pelo que estou informado".

d. Carta da Anistia Internacional/VARESE/ITÁLIA, de 30 JAN 89".



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL

DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE PONTA PORÃ - MS

TRADUÇÃO DE CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA DE ESTOCOLMO SUÉCIA
ESTOCOLMO 10 DE FEVEREIRO DE 1989

CARO SENHOR,

Como membro da Anistia Internacional, como é do seu conhecimento é claro, trabalha pelos direitos humanos em todos os países. Eu tenho a honra de chamar sua atenção para o caso do assassinato do Marsal de Souza Guarani.

Marsal Tupã de Souza Guarani, um lider guarani, foi morto em 25 de novembro de 1983, quando trabalhava na Clinica da reserva indigena Campestra no municipio de Antonio João no Estado de Mato Grosso do Sul.

Ele estava fazendo esforços para conseguir a demarcação oficial da terra para a vizinhança da Reserva Kaiová dos Pirakua, que era disputada por fazendeiros locais. Antes de sua morte ele foi seguidamente ameaçado por causa desta disputa.

O lider indio era também conhecido nacional e internacionalmente por sua defesa dos direitos dos indios

Após vários procedimentos o caso foi remetido para o Forum de Ponta Porã - Ms, mas tanto quanto a Anistia Internacional sabe, pouco progresso foi feito levar alguém a julgamento pelo Homicidio. O Caso permanece em estágio de Inquérito Policial. Procedimentos Judiciais não foram abertos.

Eu ficaria muito grato se voce pudesse esclarecer as Circunstâncias da morte do Marsal de Souza Guarani

Sinceramente

Consta a Assinatura de Waldomar Waldvik

Riddargatan 11 A

11451 Stockholm

Suecia

Stockholm 10-2-1989

Dear Sir

As a member of Amnesty International, as you know of course, works for the human rights in all countries, I have the honour to draw your attention to the case of the killing of Marcel de Souza Guarani.

Marcel Tupã - Y. De Souza Guarani, a leader of the Guarani-speaking Kaiowa Indians, was killed on 25 November 1983 while at work in a clinic on the Campestre Indian reserve in the municipality of Antonio Joao, Mato Grosso do Sul state.

He had been making efforts to achieve the official demarcation of land for the neighbouring Kaiowa reserve of Pirakua, which was disputed by local ranchers. Before his death he was allegedly threatened in connection with this dispute. The indian leader was also known nationally and internationally for his defence of indian rights.

After several procedures the case was returned to the state court of Ponta Porã in Mato Grosso do Sul, but as far as Amnesty International knows little progress has been made over bringing anyone to trial for the killing. The case remains at the police inquire stage. Judicial proceedings have not been opened.

I would be very grateful if you could clarify the circumstances of the killing of Marcel de Souza Guarani.

Yours faithfully

Waldemar Waldvik

Waldemar Waldvik
Riddargatan 11 A
11451 Stockholm

Sveca

REGISTRO Nº 109/89
Livro: 01 P.º. 56
Ponta Porã - MS 24/02/1989
Jeniffer



PSS.433, p. 65/82

Sr Delegado

Delegacia da Policia Civil

79.900 Ponto Pora

Nato Grosso do Soul, Brazil



February 14, 1987

PSS. 433, P 66/82

Sr. Delegado
Delegacia da Policia Civil
79.900 Ponto Porã
Mato Grosso do Sul, Brasil

Sr. Delegado de Policia Civil!

On November 25, 1983, Marçal Tupa-Y de Souza Guarani, a leader of the Guarani-speaking Kaiowá Indians, was killed while at work in a clinic on the Campestre Indian reserve in the municipality of Antônio João, Mato Grosso do Sul state.

Since that time, despite months of judicial maneuvering, little progress has been made in bringing anyone to trial for the killing. The case remains open at the police inquiry stage and judicial proceedings have not yet been opened.

I am seeking information as to the progress of the judicial proceedings in this case. I look forward to hearing from you soon.

Thank you for your assistance.

Sincerely and respectfully,

Corky Bluggell

Corky Bluggell
10 Cherry St
Belmont, MA 02178-2339

REGISTRO N° 107/87
Livro: 01 Pág. 56
Ponta Porã - MS 24/02/1987
João de Deus



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL

DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE PONTA PURÃ - MS

TRADUÇÃO DE CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA DE BOSTON - ESTADOS
UNIDOS DA AMÉRICA.

SENHOR DELEGADO DA POLÍCIA CIVIL

Em 25 de novembro de 1983, Marsal Tupã-Y de Souza Guarani, um líder das línguas Guarani dos Índios Kaiovás, foi morto enquanto trabalhava na Clínica da Reserva Indígena Campestre no Município de Antonio João - Estado de Mato Grosso do Sul.

Desde essa época, apesar de movimentação judicial pouco progresso foi feito em levar quem quer que seja a julgamento por homicídio. O caso permanece aberto em estágio de inquérito policial e procedimento Judicial não fora aberto.

Eu desejo informações sobre o progresso dos procedimentos Judiciais nesse caso. Espero futuramente notícias suas.

Grato por sua ajuda.

Sinceros Respeitos.

Consta assinatura de Corky Binggeli

10 Cherry St

Belmont, MA 02178-2339

PSS. 433, P. 68/82

Corky Binggeli
10 Cherry St
Belmont, MA 02178-2339



SR. DELGADO
DELEGACIA DA POLICIA CIVIL
79.900 Ponto Porã
MATO GROSSO DO SUL
BRAZIL

PSS.433, p. 69/82

Sr. Delgado
Delegacia da Policia Civil.

89 01 31
Linköping

Dear Sir,

I have the honour of writing to you as a member of Amnesty International in Sweden. We follow the fate of Brazil Indians with interest and sometimes sorrow.

Now I am writing to you about the case of the famous Indian leader Marçal Tupa-Y de Souza Guarani. As you certainly know, he was killed on 25 November 1983 in Antonio Joao, Mato Grosso do Sul state.

After so many years little progress has been made over bringing anyone to trial for the killing. The case remains at the police inquiry stage; judicial proceedings have not yet been opened as far as I am informed.

I would be very grateful for any information of the judicial proceedings in the case of the killing of Marçal de Souza Guarani.

Yours sincerely,

F.K. Asa Fahlbeck

F.K. Asa Fahlbeck
Hospital Teacher, RiL ,plan 15
University Hospital Linköping
581 85 Linköping
Sweden

REGISTRO N° 108/89

Livro: 01 p. 56

Ponta Porã MS 24/02/89

[Signature]



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL

DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE PONTA PORÃ - MS

PSS.433, p. 70/82

TRADUÇÃO PARA PORTUGUES DE TEXTO RECEBIDO DE LINKOPING
SUÉCIA

Caro Senhor

Eu tenho a honra de escrever para o senhor como um mem-
bro da Anistia Internacional na Suécia. Nós seguimos o destino
dos indios brasileiros com interesse e algumas vezes com triste-
za.

Agora eu estou escrevendo para o senhor sobre o caso
do famoso lider indigena Marsal Tupã de Souza Guarani. Como o
senhor certamente sabe, ele foi morto em 25 de novembro de 1983
em Antonio João - Estado de Mato Grosso do Sul.

Após tantos anos pouco progresso foi feito no sentido
de levar alguem a julgamento por Homicidio. O caso permanece
em estagio de Inquérito Policial; procedimento judicial não fo-
ra aberto pelo que estou informado.

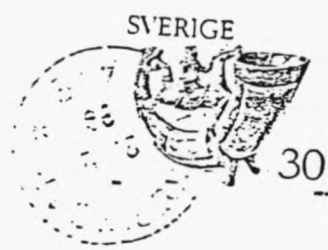
Eu ficaria muito grato por qualquer informação a res-
peito dos procedimentos judiciais no caso do Homicidio de Marsal
de Souza Guarani.

Nossos Sinceros

consta de assinatura - Asa Fahlbeck

F.K. Asa Fahlbeck
Hospital Teacher, Ril - plan 15
University Hospital Linkoping
581 85 Lincoping - Sweden

PSS. 433, p. 71/82



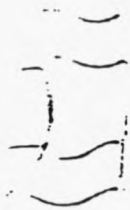
Sr. Delegado

Delegacia da Policia Civil

79.900 Ponto Pora

Mato Grosso do Sul

Brazil



PSS 433, p. 72/82

amnesty
international

Sezione italiana - Gruppo 18 - Varese

Movimento internazionale per la difesa dei diritti dell'uomo e la liberazione dei prigionieri di coscienza nel mondo
Segretariato Internazionale: 10 Southampton Street London WC2E 7HF - England

Varese, li. 30 gennaio '89

Eccellenza,

Mi permetto di rivolgermi a Lei perché sono preoccupato per i metodi con i quali si sono svolte le indagini nei casi di gravi violazioni dei diritti umani quali ad esempio l'assassinio di

MARCAL TUPAIY DE SOUZA GUARANI

Capo Indios, conosciuto a livello nazionale e internazionale, ucciso il 25/11/1983.

A tutt'oggi il caso é ancora allo stadio d'inchiesta.

Mi appello al Suo senso di giustizia per sollecitare un tempestivo intervento per la soluzione del problema.

„Grazie dell'attenzione e cordiali saluti.

Gandini Marzia

GANDINI MARZIA
VIA: AGRIGENTO, 8
21046 MALNATE (VA)
ITALIA

REGISTRO N° 106/89
Libro: 01 Pag. 56
Ponta Porù - MB 24/02/1989
[Signature]



Sr delegados
Delegacia de Policia Civil
79.900 Ponta Preta
Mato Grosso do Sul
BRASIL



MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIVISÃO DE POLÍCIA FEDERAL EM PONTA PORÁ/MS

R E L A T Ó R I O

Inquérito Policial nº 02-P-148/83

INDICIADO: ROMULO GAMARRA, Filho de Bonvindo Comarra e Maria Clara de Ovelar, brasileiro, casado, sem residência fixa.

O presente Inquérito foi instaurado objetivando apurar a morte do Índio Guarani MARÇAL DE SOUZA, ocorrido aos 25.11.83, em sua residência na Reserva Indígena denominada Compeastre, no Município do mesmo nome, localidade de Antonio João/MS.

DOS FATOS:

MARÇAL DE SOUZA, conhecido líder indígena e pessoa muito conhecida na Aldeia Compeastre, posto que também era funcionário da FUNAI, sendo o responsável pela farmácia da Reserva, foi assassinado às 20 horas do dia 05.11.83, em sua residência na Aldeia Compeastre, com vários tiros de revólver, conforme Boletim de Ocorrências nº 42770 de Fls. 03, Termo de Compromisso, Fls. 04, Auto de Exame de Corpo de Delito de Fls. 05 e Auto de Exame Cadavérico de Fls. 36, por duas pessoas desconhecidas.

DAS INVESTIGAÇÕES:

Vários depoimentos foram tomados, dentre os quais o de ELIZA VILHAUBA, Fls. 11 e 12, mulher de MARÇAL o testemunha do assassinato. Segundo Eliza, dois homens aproximaram-se de sua residência e sob o ardil de comprar remédios, um deles desferiu vários tiros de revólver em seu marido. Afirma, ainda, que um dos elementos, mais precisamente o que fez os disparos era um tal de JOÃO BUGRE.

Já em suas declarações de Fls. 13 e 14, Eunice Silva Souza Gonçalves, filha de MARÇAL, julga que o assassinato de seu pai foi em decorrência de problemas ligados a defesa da comunidade.

Continua...

Continuação do Relatório do IPL nº 02-P-148/03.x.x.x.Fls. 02.

ligados a defesa da comunidade indígena. Declara, ainda, que ele foi vítima de várias ameaças como também de tentativas de suborno, por parte de pessoas interessadas nas terras ocupadas pelos índios e quanto a notícia de que um dos autores do crime seria JOÃO BUGRE, apenas sabe "por ouvir dizer".

ARMANDO CAMPOS, residente na área onde ocorreu o crime, em suas declarações de Fls. 15, afirma ter visto duas pessoas caminhando em direção a reserva indígena. Que conhece JOÃO BUGRE, mas devido a escuridão no local, não pôde reconhecer nenhum dos dois. Declara que o falecido era seu amigo e também da maioria dos índios, não se dando bem, no entanto, com um fazendeiro da área do nome MONTEIRO e seu capataz ROMULO GAMARRA de quem recebeu proposta para retirar os índios daquelas terras.

PEDRO JOÃO ARRUA, declara em folhas 16, ter visto passar no terreno de sua casa, duas pessoas que lhe perguntaram onde era a farmácia, não reconhecendo JOÃO BUGRE como um deles.

LIBERO MONTEIRO, em suas declarações de folhas 22, confirma seu litígio com a FUNAI, negando entretanto ter conhecido MARÇAL DE SOUZA, contradizendo declarações de ROMULO GAMARRA, Fls. 25 e 26 que diz ter oferecido dinheiro a MARÇAL em nome de LIBERO e que este já se avistara com o índio assassinado.

SANDRA BEATRIZ DIAS e ARMANDO VAREIO, em seus depoimentos de Fls. 32 e 42, respectivamente afirmam terem visto pessoas que provavelmente seriam os matadores, sendo que ARMANDO mostrou, na estrada, e após ter ouvido tiros, a presença de um veículo que os esperava.

Em Autos de Reconhecimento de Fls. 27 e 28, assim como declarações de SEVERIANO VILHAUBA e JOÃO BATISTA GOMES, o JOÃO BUGRE, Fls. 29 e 30, ficou caracterizado sua inocência, já que ELIZA VILHAUBA não reconheceu JOÃO BUGRE como sendo o assassino de seu marido, esclarecendo que o havia acusado por ouvir um dos elementos dizer: "Vamos embora João".

Outras investigações foram feitas no sentido de se encontrar um tal de ADÃO CRISTAL, Fls. 107v, sem contudo lograr-se êxito. Porém, durante o curso das investigações diversas armas foram arrecadadas e levadas a exame pericial, conforme ofício de Fls. 95 e 96, sendo que uma delas, a de nº 13073, foi declarada pelo competente Laudo de Fls. 111 à 115, como a responsável por um dos disparos efetuados contra MARÇAL. Ficou também evidenciado no referido Laudo que mais de uma arma foi utilizada no assassinato.

CONCLUSÃO:

Considerando Auto de Apreensão de Fls. 116, dando conta de que o revólver nº 13073 foi arrecadado em poder de

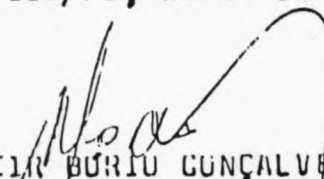
Continuação do Relatório do IPL nº 02-P-140/83.x.x.x.x.Flo. 02.x.x.x.

Foi arrecadado em poder de ROMULO CAMARRA, solicitador e conseqüente, através de documentos de Fls. 121 e 130, a Decretação de sua prisão preventiva, considerando o Atitude, Qualificação e do Interrogatório da Fls. 122 a 123 dando conta da aquisição e arma lhe pertence, assim como documentos de Fls. 128 e 129, ou seja, Registro e Porte da Arma, em seu nome. Considerando, ainda, a prova inconteste oferecida pelo Laudo Pericial, o estb. Autoridade resolveu indiciar ROMULO CAMARRA como incurso nas penas do art. 121 do C. P. B.

Assim, dentro do prazo estipulado em despacho de Fls. 137V remete-se ao estb. Autoridade a arma do crime e projéteis, ao MM. Dr. Juiz Federal em Campo Grande para início da ação penal contra ROMULO CAMARRA.

Diligências ainda se processam nesta Divisão de Polícia Federal para se chegar a outros executores e se possível - autor intelectual do crime, pois que declarações como as de ANTONIO JACOB BRAND e LAZARO PEREL em Fls. 54/55 e 57/58, respectivamente, envolvendo LIBERO MONTICINO e seus empregados, devam ser minuciosamente direcionadas. Também as declarações de CUNICE, quando diz que seu pai foi assassinado por problemas de terras e de ARMANDO VIANEIRO (Fls. 42), quando afirma ter visto um veículo esperando pelos assassinos à beira da estrada.

Ponta Porã/MS, 10 de Julho de 1984.


Delegado de Polícia Federal

A C O N T I N U A D O

Em ...
de ...
...
...
...
...
...
...

CONFIRMAÇÃO DE RECEBIMENTO Nº 141 DE 02-07-84

CERTIFICADO que comparece voluntariamente, para fins de identificação, o Sr. ANTONIO CARLOS DE SOUZA, brasileiro, solteiro, residente em Rua ..., nº ..., cidade de ..., Estado de ..., com o endereço de folhas 116, de propriedade de Rômulo ..., filho de ..., com o nome ..., bem como cinco projéteis de arma de fogo, sendo um de calibre ..., deflagrados, conforme mencionados no Laudo ... Pericial nº ... de 11/07/84, 11/07/84, 11/07/84, 11/07/84, 11/07/84. O referido é verdade; dou fé. Ponta Porã/MS, 10 de Julho de 1984. Eu, ...

Escrevôo de Polícia Federal e Lavrôo nº ...

REMESSA

Aos 3 dias do mês de Julho de ano de mil novecentos e 84.
desta cidade, no ...
Do que hei de emitir lavrôo nº ...
Estado de ...

fls. 04



quais se formou fundamentadas opiniões de executores direto do homicídio contra a vítima MARÇAL DE SOUZA, deixaram, logo após o fato, o foro do delito e foram fixar residências em lugares ignorados".

E, como assim procedendo, LÍBERO L. ANTEIRO DE OLIVEIRA e ROMULO CAMARRA, vulgo "CAMARRA", incidiram nas penas dos artigos 121, § 2º, incisos I, IV e V, e/c. o artigo 29, todos do Código Penal, requer esta Promotoria de Justiça a instauração de processo-crime contra eles, os denunciados, citando-os, sob pena de revelia, para responderem aos termos da presente ação penal, que espelha ver, ao final julgado precedente, intimar-se as testemunhas, sub arroladas, para viram depor sobre o fato, tudo sob as penas e de conformidades com as disposições do Código de Processo Penal.

P. Deferimento.

Ponta Porã, 15 de agosto de 1.938

~~ANTÔNIO CLEMENTE NETO~~
4º Promotor de Justiça

ROL DE TESTEMUNHAS:

- 1 - LÁZARO MOREL, fls.37/38
- 2 - IVONE CHUCARRO, fls.249
- 3 - ELISA VILHARVA, vulgo "CELINA", fls.11 e 28 (amante da vítima)
- 4 - EUNICE SILVA GONÇALVES, digo, SILVA SOUZA GONÇALVES, fls.13(fil
- 5 - ARMANDO CAMPOS, fls.15
- 6 - JOÃO DNOFRE ROMERO, fls.19
- 7 - AURÉLIO AJALA, fls.48
- 8 - ANTÔNIO JACO BRAND, fls.54/55
- 9 - JULIANA GARCEPE, fls.81
- 10 - ERAILDO ALMEIDA DUARTE, fls.85

----- 11.03 -----
cuja o imóvel encontra-se em litígios desde 1.982, via enfraquecido as negociações com os aborígenes sobre os quais pretendia, com pequenas ou simbólicas indenizações, o aliciamento para desocuparem a área acima que entendia de sua propriedade. Enquanto que, o segundo denunciado, na condição de contratado, do primeiro, para terrabada de 800 (oitocentos) alqueires de matos terras da chamadas "ALDEIA PIRACUÁ" e, também, para provocar a saída dos índios daquela área, de vez que, tinha em seu favor, não só o negócio lucrativo da madeira como também, a facilidade de se comunicar com os índios em razão de falar a língua guarani (própria dos índios da região), não conseguiu realizar sua tarefa de evacuação dos nativos dando ao inflexível posicionamento da vítima que, aos planos dos denunciados não fazia prosperar, inclusive dificultava a continuidade do desmatamento empreitado e, por último, já se comentava o interesse da vítima em se mudar para aquela aldeia levando consigo outros índios para a área de conflito." Daí, a razão de ser executada a vítima.

Além disso, é de se lembrar que os autos estão a apontar os indivíduos FAUSTINO ^{Sr} DA SILVA, ISAIAS DA ROSA ^{Sr} e PAULO RONALDO DOURADO COSTA (fls.244), no tempo, na qualidade de peões e diretamente ligados ao primeiro denunciado, LIBERO MONTEIRO DE LIMA, assim como, também, o segundo denunciado, ROMULO GALARRA, sobre os

(continua)



fls. 02

em busca de comprar remédios do ofendi-
do MARÇAL DE SOUZA, providos de armas -
de fogo, ou revólveres, mediante recur-
sos que dificultou ou tornou impossível
a defesa da vítima, que no momento acha-
va-se, com pessoas da família, deitado
no chão e repousando em alívio no calor
da época, efetuaram-lhe vários tiros -
causando, assim, as lesões corporais, -
de natureza grave, conforme descreve o
Laudo de Exame de Corpo de Delito (cada
vérico) de fls. 05/05vº e 36/36vº, sendo
essas lesões a causa da morte. Motivou o
fato presente a assegurar a execução ou
vantagem em delito de "Esbulho Possessó-
rio" (art. 161, § 1º, inciso II, do CP.),
perpetrado pelo ora acusado LÍBERO MON-
TEIRO DE LIMA. Porquanto, apurou-se que
o hediondo e bárbaro assassinato de MAR-
ÇAL DE SOUZA, reconhecido, até então, na-
cionalmente como líder incontestado de gru-
pos e movimentos indígenas, decorreu me-
diante paga ou promessa de recompensa -
fruto de planos entabulados pela ação -
conjunta dos denunciados LÍBERO MONTEIRO
DE LIMA e ROMULO GAMARRA, vulgo "GAMARRA"
que, com coincidências de desígnios e -
possuídos de "animus nocendi", ajustaram
a morte da pobre vítima, até porque, o -
primeiro denunciado, LÍBERO MONTEIRO DE
LIMA, supondo legítimo possuidor de um -
imóvel, denominado "PIRACUÁ", região de
encravamento da "FAZENDA SERRA BRAVA" -
(propriedade deste) e "ALDEIA PIRACUÁ" -
(dos nativos), com vastas áreas de ter-
ras férteis e ricas em madeiras de lei,



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MINISTÉRIO PÚBLICO

37 of 3
N.º 003122
Araceli R. de A. S.
28/08/85
A.P.P.

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CRIMINAL
DESTA COMARCA DE PONTA PORÃ - MS.

A.A. Conclusões.-
Ponta Porã, 17 agosto 1985.-

[Handwritten signature]
Ari Michini
Juiz de Direito

O Representante do Ministério Público que esta
subscrive, no uso de suas atribuições legais, baseado -
no inquérito policial incluso, vem, perante Vossa Exce -
lência, oferecer denúncia contra MILERO MONTEIRO DE MI -
MA, brasileiro, casado, com 61 anos de idade, pecuarista,
residente à rua Antônio Maria Coelho nº3.514 - em Campo
Grande - MS. e ROMULO GAIARRA, vulgo "GAIARRA", brasilei
ro, casado, com 63 anos de idade, carpinteiro, ora resi
dindo em lugar ignorado, pelo seguinte fato delituoso:

"No dia 25 de novembro do ano de 1.983 ,
por volta das 20:00 horas, em local e in
terior do compartimento da pequena casa
rústica (fls.61/69), no tempo, utiliza
da, pela vítima, como ponto de distribui
ção e venda de produtos medicamentosos -
para o povoado da reserva indígena e re
sidência, na aldeia denominada "CAMPÉS -
TRE", no município de Antônio João, des
ta comarca de Ponta Porã, indivíduos, -
violentos e cruéis, ainda não devidamen
te identificados, a pretexto de estarem

4/

| | |
|---------|---------------------|
| VEÍCULO | CORREIO BRAZILIENSE |
| DATA | 28.11.83 |
| PÁGINA | 5 |

Líder indígena é morto à traição por dois jagunços

LUCKY DE OLIVEIRA
Correspondente

Cuiabá — Um traícoeiro tiro nas costas e outro na boca, além de cortes nos punhos, selaram a vida de um dos mais importantes e lúcidos líderes indígenas do Brasil. Trata-se de Marçal Tupa-y, de mais ou menos sessenta anos de idade, que foi assassinado anteontem, por volta das 21 horas por dois jagunços, presumivelmente pagos por fazendeiros, na sua própria casa, na aldeia Pirakuan, no município de Bela Vista, no Mato Grosso do Sul, fronteira com o Paraguai.

Segundo relato de sua filha Eunice, que assistiu ao seu enterro (ela mora em Rondonópolis, a 250 quilômetros de Cuiabá e é casada com Darcy Teodoro Gonçalves, gerente de uma agência do Comind, Marçal Tupa-y foi procurado em sua casa, na noite de sábado por dois homens brancos, à procura de medicamentos. Quando o velho líder deu as costas, um dos pistoleiros disparou-lhe um tiro à queima roupa. Na casa também tinha uma velha companheira de Marçal que pouco esclareceu sobre o assassinato. Os criminosos até ontem não foram descobertos.

Segundo pode apurar, possivelmente depois de caído, Marçal recebeu mais de um tiro na boca e ainda teve seus punhos cortados pelos dois jagunços.

De acordo com Ivar Busato, da Operação Anchieta (Opan) e que trabalhou muito tempo naquela região, seguramente o líder Marçal que ficou famoso no País por ocasião da vinda do Papa João Paulo II, quando lhe entregou um documento onde constava não só as reivindicações indígenas como também a "lista negra" dos inimigos principais dos índios — foi assassinado por questões de terras. "Há muito tempo que ele luta para reaver 1.600 hectares invadidos por diversos fazendeiros, e ultimamente ele vinha recebendo muitas ameaças de morte e, por causa disso, chegou a pedir à Funai sua transferência para outro posto. Não conseguiu", disse Busato, ao lamentar o desaparecimento do índio "Kcaiwa", tronco dos guarani, seguramente um dos mais importantes líderes indígenas até então pela coerência e lucidez de seus pensamentos.

Ontem cedo, o Centro de Documentação Terra Índio (CDTI), o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Mato Grosso deverão se reunir para se manifestar, através de nota oficial, sobre o bárbaro assassinato do velho Marçal Tupa-y, que agora passa a figurar como mais um mártir na lista daqueles que lutam pelos direitos indígenas.

EL